



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 55

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 16 DE ABRIL DE 1968

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÃO CONJUNTA

Em 16 de abril de 1968, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos Presidenciais

- 1º Ao Projeto de Lei nº 4.071, de 1966, na Câmara dos Deputados e número 30, de 1966, no Senado Federal, que autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINABRA): (veto total).
- 2º Ao Projeto de Lei nº 3.227-B de 1965, na Câmara dos Deputados e número 60, de 1967, no Senado Federal, que estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no artigo 5º da Lei nº 1.046, de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento: (veto total).
- 3º Ao Projeto de Lei nº 121-A, de 1967, na Câmara dos Deputados e número 135, de 1967, no Senado Federal, que concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais que lidam com Raio-X ou substâncias radioativas a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade: (veto total).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Totalidade do Projeto.
2	2º	Totalidade do Projeto.
3	3º	Totalidade do Projeto.

SESSÃO CONJUNTA

Em 17 de abril de 1968, às 21 horas e 30 minutos

(QUARTA-FEIRA)

ORDEM DO DIA

Discussão em turno único, do Projeto nº 10, de 1968 (CN), que dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros e dá outras providências, tendo Parecer, sob nº 14, de 1968 (CN), da Comissão Mista, favorável nos termos do Substitutivo que oferece.

CALENDÁRIO DOS VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS PELO CONGRESSO NACIONAL

DIA 16 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 30-66, no Senado Federal e nº 4.071-66, na Câmara dos Deputados — Autoriza consignação em folha de pagamento a favor da Sociedade Financeira dos Servidores Públicos (FINABRA).

Projeto nº 60-67, no Senado Federal e nº 3.227-65, na Câmara dos Deputados — Estende a entidades de assistência médico-hospitalar o disposto no artigo 5º da Lei nº 1.046 de 2 de janeiro de 1950, que dispõe sobre a consignação em folha de pagamento.

Projeto nº 135-67 no Senado Federal e nº 121-67, na Câmara dos Deputados — Concede aos servidores públicos da União e aos das entidades autárquicas ou paraestatais federais, que lidam com Raios-X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatória aos 65 anos de idade.

DIA 13 DE ABRIL AS 21.30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 106-67, no Senado Federal e nº 455-67, na Câmara dos Deputados — Dispõe sobre a isenção de tributos incidentes na importação dos bens destinados à construção e obras relacionadas com atividades de infra-estrutura.

Projeto nº 80-67, no Senado Federal e nº 112-67, na Câmara dos Deputados — Cria o Serviço Nacional de Bibliotecas Municipais, e dá outras providências.

DIA 25 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS (QUINTA-FEIRA)

Projeto nº 58-67, no Senado Federal e nº 1.438-60, na Câmara dos Deputados — Concede isenção, por prazo de 1 (um) ano, dos impostos de importação e de consumo para a importação de materiais destinados à fabricação no País de centrais telefônicas automáticas.

Projeto nº 117-67, no Senado Federal e nº 607-67, na Câmara dos Deputados — Cria 2 (dois) cargos de Juiz Substituto do Trabalho, no Quadro da Justiça do Trabalho da 3ª Região em Belém, Estado do Pará.

Projeto nº 1-68, no Senado Federal e nº 315-67 na Câmara dos Deputados — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais.

CALENDÁRIO PARA AS DISCUSSÕES DOS PROJETOS DE LEI EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

DIA 17 DE ABRIL, AS 21.30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 10-68 (CN) — Dispõe sobre a utilização facultativa dos serviços de despachantes aduaneiros, e dá outras providências.

DIA 23 DE ABRIL AS 21.30 HORAS (TERÇA-FEIRA)

Projeto nº 11-68 (CN) — Altera a Lei nº 4.767, de 30 de agosto de 1965. Promoção de Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

DIA 24 DE ABRIL AS 21.30 HORAS (QUARTA-FEIRA)

Projeto nº 12-68 (CN) — Dispõe sobre o pagamento de dívidas previdenciárias através de imóveis desonerados, e dá outras providências.

ATA DA 42ª SESSÃO, EM 15 DE ABRIL DE 1968

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos

Achilles Cruz
Sigefredo Pacheco
Manoel Villaga
Argemiro de Figueiredo
Aloysio de Carvalho
Carlos Lindenberg
Aurélio Vianna
Fernando Corrêa
Bezerra Neto
Attilio Fontana
Guido Mondin

SENADO FEDERAL

SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Senhores Senadores. Há número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

Senhor Presidente da República nos seguintes termos:

Mensagem nº 115, de 1968 (CN 188-68, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional
Tenho a honra de comunicar a Vossas Excelências que, no uso das

atribuições que me conferem os artigos 62, § 1º e 83, III, da Constituição, resolvi vetar parcialmente o Projeto de Lei na Câmara número 4.462-F-62, (Senado 37-68), que altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

Incide o veto sobre os seguintes dispositivos do Projeto em referência:

— Artigo 6º: "Ressalvada a criação dos 8 cargos em comissão providos segundo o § 2º do artigo 95 da Constituição, a nomeação dos cargos isolados de provimento efetivo, bem como nos de carreira, excetuados os acessos consignados no artigo 255 da Lei número 1.711, de 1952, bem assim o provimento por readaptação ou transferência de funcionários do próprio Quadro do Tribunal Federal de Recursos, efetivos e em gozo de estabilidade, ou o aproveitamento dos remanescentes servidores "FT" (temporários) possuidores de estabilidade estatuida no artigo 177, § 2º da Constituição, será efetuada nas classes singulares ou iniciais mediante concurso público de provas, vedada a nomeação interina nos termos do artigo 102 do Decreto-lei número 200, de 1937.

Razões

A expressão "bem assim o provimento por readaptação ou transferência de funcionários do próprio Quadro do Tribunal Federal de Recursos, efetivos e em gozo de estabilidade, ou o aproveitamento dos remanescentes servidores "FT" (temporários) possuidores de estabilidade estatuida no artigo 177, § 2º, da Constituição" fere, frontalmente, os princípios constitucionais inscritos no § 1º do artigo 95 ("A nomeação para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos") e no § 1º do artigo 99 ("Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, como funcionário, se não prestar concurso público"). Assim, é impossibilitado de me opor apenas a expressão acima transcrita em consequência do disposto no artigo 62, § 1º in fine, da Constituição, resolvi vetar integralmente o mencionado artigo 6º.

2 — Artigo 10: "Cabrá ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos aplicar o disposto no artigo 11 da Lei 4.345, de 1964, modificado pelos artigos 7º da Lei 4.863, de 1965, e 5º do Decreto-lei 81, de 1936, regulamentado pelo Decreto número 60.091, de 1967.

Razões

A permissão contida no artigo para se submeter o pessoal do Tribunal Federal de Recursos ao regime de tempo integral e de dedicação exclusiva contraria os superiores interesses da Administração, visto acarretar considerável aumento de despesa, constituir precedente indesejável que se abriria aos demais Tribunais, além de agravar, ainda mais, o déficit existente de distribuição pecuniária entre o funcionalismo federal.

3 — Artigo 12: "Saldo existente no Banco do Brasil no dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro, destinado a pagamento de precatórios, continuará no exercício seguinte à disposição do Tribunal mediante solicitação por ofício a referido Banco pelo Presidente do Tribunal.

Razões

A prorrogação de saldo orçamentário de um exercício financeiro para vigor em outro contrapõe-se ao princípio da anualidade orçamentária, expressamente consagrada no artigo 63 da Constituição. A esse princípio, a própria Carta Magna somente admite a exceção prevista no § 5º de seu artigo 61, relativa a créditos especiais e extraordinários, o que não se configura na espécie.

São esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE ERITTO PEREIRA

DIRETOR DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Congresso nas Atividades do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

em causa, os quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 10 de abril de 1968. — A. Costa e Silva.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos passa a vigorar de acordo com a tabela anexo e demais disposições desta Lei.

Art. 2º São transformados, no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, os seguintes cargos:

I — mantidos os mesmos símbolos:

A) quando vaga:

1) isolados em comissão:

2 de Diretor da Divisão, símbolo PJ-3, atualmente Vice-Diretor-Geral e Subsecretário, isolados de provimento efetivo;

6 de Diretor do Serviço, símbolo PJ-1 atualmente de igual denominação, isolado de provimento efetivo;

1 de Chefe da Portaria, símbolo PJ-3, atualmente Porteiro, isolado de provimento efetivo;

1 de médico, símbolo PJ-3, atualmente de igual denominação, isolado de provimento efetivo;

B) automaticamente:

1) isolado em comissão:

1 de Diretor-Geral, símbolo PJ, atualmente de igual denominação, isolado de provimento efetivo;

2) de carreira:

20 de Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-7, atualmente Ajudante de Porteiro, isolado de provimento efetivo;

1 de Telefonista, símbolo PJ-12, atualmente Auxiliar de Conservação, classe PJ-12, de carreira;

II — com alteração de símbolos:

A) quando vagar:

1 de carreira:

4 de Auxiliar de Conservação, símbolo PJ-12, atualmente de igual denominação, de carreira, classe PJ-11;

B) automaticamente:

1 de carreira:

7 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-3, atualmente de igual denominação, de carreira, classe PJ-C;

1 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-4, atualmente de igual denominação, de carreira, classe PJ-G;

Art. 3º São extintos no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos:

A) quando vagar:

1 cargo de Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-7, com a criação concomitante de 1 Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-8, a fim de modificar a estrutura da nova carreira;

B) automaticamente:

1 função gratificada de Secretário da Presidência, símbolo 3-F;

1 função gratificada de Secretário do Diretor-Geral, símbolo 3-F;

Art. 4º São criados no Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos os seguintes cargos:

D) Isolados em comissão:

1 de Diretor de Secretaria do Conselho da Justiça Federal, símbolo PJ-0 4 de Diretor do Serviço, símbolo PJ-1, destinados aos serviços criados de Taquigrafia, Organismo e Material do Tribunal Federal de Recursos e para o Conselho da Justiça Federal de 1ª Instância — Administrativo;

2 de Assessor Judiciário, símbolo PJ-2, para o Gabinete da Presidência e do Diretor-Geral;

1 de Administrador de Edifício, símbolo PJ-3 para a supervisão do prédio do Tribunal Federal de Recursos, exigida a capacidade técnico-profissional para o desempenho da função, a ser preenchido com a inauguração do novo imóvel em construção;

II) Isolado de provimento efetivo:

1 de Auxiliar de Bibliotecário, símbolo PJ-3;

2 de Contador, símbolo PJ-5;

III) de carreira:

1 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-3;

1 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-4;

1 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-5;

1 de Oficial Judiciário, símbolo PJ-6;

2 de Auxiliar Judiciário, símbolo PJ-7;

2 de Auxiliar Judiciário, símbolo PJ-8;

1 de Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-8 com a extinção quando vagar de 1 de Auxiliar de Portaria, símbolo PJ-7, a fim de corrigir a estrutura da nova carreira;

1 de Auxiliar de Conservação, símbolo PJ-12;

1 de Telefonista, símbolo PJ-11;

1 de Telefonista, símbolo PJ-12;

§ 1º A criação do cargo de Diretor da Secretaria do Conselho da Justiça Federal, privativo do bacharel em Direito; de 1 (um) cargo de Diretor do Serviço bem assim de 2 (dois) cargos de Contador, de 4 (quatro) de Oficial Judiciário, 4 (quatro) de Auxiliar Judiciário e 1 (um) de Auxiliar de Conservação, destina-se ao funcionamento da Secretaria do Conselho da Justiça Federal de 1ª Instância em obediência ao disposto no art. 13 do Decreto-lei 253, de 1967 que regulou a Lei nº 5.016 de 1938.

§ 2º A Serviço de Taquigrafia e o de Legislação e Jurisprudência passam a denominar-se respectivamente Serviço de Mecanografia e Serviço de Jurisprudência e da Revista cabendo a supervisão a um dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos, que será o Diretor da Revista.

§ 3º A direção do Serviço de Taquigrafia será provido por um Taquígrafo.

Art. 5º O pessoal da Revista do Tribunal Federal de Recursos — "T.F.R. — Jurisprudência", com exceção do Secretário, que será escolhido

do dentre os funcionários do Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, bacharéis em Direito subordinados, nas relações de emprego ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Parágrafo único. Salvo o pessoal subalterno, é condição para o preenchimento de cargos vacantes ser a existência de Direito.

Art. 6º Ressalvada a criação dos cargos em comissão providos segundo o § 2º do art. 95 da Constituição, nomeação nos cargos isolados de provimento efetivo, bem como nos de carreira, excetuados os acessos consignados no art. 255 da Lei nº 1.711, de 1952, bem assim o provimento por readaptação ou transferência de funcionários do próprio Quadro do Tribunal Federal de Recursos, efetivos e em gozo de estabilidade, ou o aproveitamento dos remanescentes servidores "FT" (temporários) possuidores de estabilidade estatuida no artigo 177, § 2º da Constituição, si efetuada nas classes singulares ou iniciais mediante concurso público de provas, vedada a nomeação interina nos termos do art. 102 do Decreto-lei nº 200, de 1937.

Art. 7º Constituem carreiras principais a de Oficial Judiciário em relação à de Auxiliar Judiciário; a Auxiliar de Portaria em relação à Auxiliar de Conservação, bem assim os cargos isolados de Taquígrafo e os relativos à carreira de Taquígrafo.

Art. 8º Os atuais cargos isolados de provimento efetivo de Ajudante Porteiro, símbolo PJ-7, que voltam denominar-se Auxiliar de Portaria, bem como o de Telefonista, símbolo PJ-12, passam a constituir-se carreira, reestruturada a mesma e sobre tabela anexa.

Art. 9º Os cargos em comissão que se ocupa esta Lei, salvo os Diretor-Geral, Administrador de Edifício e Médico serão providos por funcionários do respectivo Quadro esboçados livremente pelo Presidente do Tribunal.

Art. 10. Cabrá ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos aplicar o disposto no art. 11 da Lei 4.345 de 1964 modificado pelos arts. 7º da Lei 4.863 de 1965 e 5º do Decreto-lei de 1936, regulamentado pelo Decreto nº 60.091, de 1967.

Art. 11. A despesa de NCR\$ 233.610,00 (duzentos e três mil e quarenta e quatro cruzeiros novecentos e quarenta e quatro) da presente Lei a vigor de março a dezembro de 1968, correrá por conta do saldo existente no atual Orçamento da União Lei nº 5.373, de 8 de dezembro de 1967 na forma abaixo:

Anexo 4 — Poder Judiciário
4.62.00 — Tribunal Federal de Recursos

Categoria Econômica:

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.2.0.0 — Despesas de Custeio

3.2.8.0 — Inativos

01.00 — Pessoal Civil

01.00 — Pessoal Civil — NCR\$ 203.640,00

Cujo importância acima fica automaticamente transferida para a Categoria Econômica:

3.0.0.0 — Despesas Correntes

3.1.0.0 — Despesas de Custeio

3.1.1.0 — Pessoal

3.1.1.1 — Pessoal Civil

01.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas — NCR\$ 203.640,00

Art. 12. O saldo existente no Banco do Brasil no dia 31 de dezembro de cada exercício financeiro, destinado a pagamento de precatórios, continuará à disposição do Tribunal mediante solicitação por ofício a referido Banco pelo Presidente do Tribunal.

Art. 13. Esta Lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS — SECRETARIA — QUADRO DE PESSOAL

Tabela a que se refere o Art. 1º desta Lei

Situação Atual	Situação Nova	Aumento
I) Cargos Isolados em Comissão		
1 Diretor-Geral PJ — isol. efet.	1 Diretor-Geral PJ — comissão	
1 Vice-Dir.-Geral PJ-0 — isol. efet.	2 Diret. Divisão PJ-0 — comissão	
1 Subsecretário PJ-0 — isol. efet.		
6 Dir. de Serviço PJ-1 — isol. efet.	1 Dir. de Secretaria Cons. Just. Federal PJ-0 — comissão	1
1 Porteiro PJ-3 — isol. efet.	10 Dir. de Serviço PJ-1 — comissão	1
	2 Assess. Judiciário PJ-2 — comissão	2
	1 Chef. Portaria PJ-3 — comissão	1
	1 Admin. Edifícios PJ-3 — comissão	1
	1 Médico PJ-3 — comissão	1
	Subtotal	6
II) Cargos Isolados de Provedimento Efetivo		
1 Arquivista PJ-2	1 Arquivista PJ-2 — Isol. efet.	
1 Bibliotecário PJ-2	1 Bibliotecário PJ-2 — Isol. efet.	
1 Aux. Bibliotec. PJ-3	2 Aux. Bibliotec. PJ-3 — Isol. efet.	1
4 Taquígr. revisor PJ-2	4 Taquígr. revisor PJ-2 — Isol. efet.	
1 Médico PJ-3		
1 Mecanógrafo PJ-5	1 Mecanógrafo PJ-5 — Isol. efet.	
	2 Contador PJ-5 — Isol. efet.	2
1 Enfermeiro PJ-6	1 Enfermeiro PJ-6 — Isol. efet.	
1 Eletricista PJ-6	1 Eletricista PJ-3 — Isol. efet.	
20 Ajud. Porteiro PJ-7		
1 Telefonista PJ-11		
	Subtotal	3
III) Cargos de Carreira		
15 Oficial Judiciário PJ-3 — carreira	23 Oficial Judic. PJ-3 — carreira	1 (1)
21 Oficial Judiciário PJ-4 — carreira	23 Oficial Judic. PJ-4 — carreira	1 (1)
22 Oficial Judiciário PJ-5 — carreira	23 Oficial Judic. PJ-5 — carreira	1
30 Oficial Judiciário PJ-6 — carreira	23 Oficial Judic. PJ-6 — carreira	1 (1)
24 Aux. Judiciário PJ-7 — carreira	26 Aux. Judiciar. PJ-7 — carreira	2
24 Aux. Judiciário PJ-8 — carreira	26 Aux. Judiciar. PJ-8 — carreira	2
8 Taquígrafo PJ-3 — carreira	8 Taquígrafo PJ-3 — carreira	
8 Taquígrafo PJ-4 — carreira	8 Taquígrafo PJ-4 — carreira	
	19 Aux. Portaria PJ-7 — carreira	1 (1)
18 Aux. de Portaria PJ-8 — carreira	19 Aux. Portaria PJ-8 — carreira	1 (1)
19 Aux. de Portaria PJ-9 — carreira	19 Aux. Portaria PJ-9 — carreira	
32 Aux. Conservação PJ-11 — carreira	8 Aux. Conserv. PJ-11 — carreira	1 (1)
4 Aux. Conservação PJ-12 — carreira	8 Aux. Conserv. PJ-12 — carreira	1 (1)
	2 Telefonistas PJ-11 — carreira	1
	2 Telefonistas PJ-12 — carreira	1
	Subtotal	11
	Total	22
IV) Funções Gratificadas		
1 Secretário da Presidência 3-F		
1 Secretário do Diretor-Geral 3-F		

OBS. — 2 cargo de carreira de Aux. de Conservação PJ-12 transformado em cargo de carreira de Telefonista, PJ-12;
 7 cargos de carreira de Oficial Judiciário PJ-3 transformados em cargos de carreira de Of. Judiciário, PJ-3;
 1 cargo de carreira de Oficial Judiciário PJ-6 transformado em cargo de carreira de Oficial Judiciário, PJ-4;
 8 cargos de carreira de Of. Judiciário, PJ-7 extintos com essa transformação;
 1 cargo de carreira de Aux. de Portaria, PJ-7 a ser extinto quando vagar com a criação concomitante de 1 cargo de Aux. Portaria PJ-8.

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPUBLICA

Restituição de autógrafos de projetos de lei sancionados:

Nº 114-63 (nº de origem 107-63) de 10 do corrente mês — Projeto de Lei nº 9-68 (C.N.), que institui em caráter temporário a Secretaria de Administração, e dá outras providências. Projeto que se transformou na Lei nº 5.413, de 10.4.67.

Nº 115-63 (nº de origem 108-63) de 10 do corrente mês — Projeto de Lei nº 9-68 (C.N.), que institui em caráter temporário a Secretaria de Administração, e dá outras providências. Projeto que se transformou na Lei nº 5.413, de 10.4.67.

OFÍCIO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Nº DCET — DEOE — DAI — 12 — 30.0 — 85), de 8 do corrente mês, nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967,

em que agradece a comunicação referente à promulgação do Decreto Legislativo nº 8, de 1968.

OFÍCIOS:

Oo Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, subscritando a revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

Projeto de Lei da Câmara Nº 45, de 1968

(Nº 1.051-B-68 NA ORIGEM)

Altera o § 1º do art. 1º e acrescenta "e" do art. 6º da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967, que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 1º da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967,

que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), e dá outras providências, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1º A área de atuação da SUDECO compreende os Estados do Goiás e Mato Grosso e o Território Federal de Rondônia.”

Art. 2º A alínea “c” do art. 6º da citada Lei passa a ter a seguinte redação:

“c) Estados do Goiás e Mato Grosso e Território Federal de Rondônia.”

Art. 3º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

Projeto de Lei da Câmara Nº 46, de 1968

(Nº 1.051-B-68 NA ORIGEM)

Dispõe sobre a aplicação das Leis e Municípios das normas relativas às licitações para as compras, obras, serviços e alienações, previstas nos artigos 125 e 144 do Estatuto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aplicam-se nos Estados e Municípios as normas relativas às licitações para as compras, obras, serviços e alienações, previstas nos artigos 125 e 144 do Estatuto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e

das outras providências, atendidas as modalidades contidas nesta Lei.

Art. 2º Os limites estabelecidos nos §§ 5º e 6º do art. 127 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, para as várias formas de licitação, serão fixados em lei estadual.

Art. 3º Os prazos de que trata o art. 129 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, poderão ser reduzidos à metade.

Art. 4º Respeitado o disposto nesta Lei, os Estados poderão legislar supletivamente sobre a matéria, tendo em vista as peculiaridades regionais e locais, nos termos do § 2º do art. 8º da Constituição Federal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara Nº 47, de 1968

(Nº 1.080-B, DE 1968, NA ORIGEM)

Modifica dispositivos da Lei número 5.221, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 14, 15, 28, itens V e VI; 29, item IX, e 30 da Lei número 5.221, de 18 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a política econômica da borracha, regula sua execução e dá outras providências, modificada pelo Decreto-lei nº 164, de 13 de fevereiro de 1967, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 14. As borrachas vegetais e químicas nacionais ou de procedência estrangeira adquiridas pela Superintendência da Borracha destinam-se a:

a) formação do Estoque de Reserva de borrachas vegetais ou químicas, previsto no art. 15 desta Lei, nas condições, quantidades e tipos determinados pelo Conselho Nacional da Borracha;

b) venda, no País e no exterior, mediante preços e normas igualmente estabelecidas pelo Conselho Nacional da Borracha.

Parágrafo único. A Superintendência da Borracha estabelecerá o sistema de venda e distribuição das borrachas nacionais ou importadas."

"Art. 15. É criado um Estoque de Reserva, constituído de borrachas vegetais brutas e beneficiadas, nacionais ou de procedência estrangeira, e de borrachas químicas importadas, de propriedade da União, mediante recursos por esta fornecidos, consoante se estipula nesta lei.

§ 1º O Estoque de Reserva de que trata este artigo terá como limite mínimo um volume de borrachas vegetais nacionais ou de procedência estrangeira equivalente a 4 (quatro) meses de consumo, para cujo cálculo se tomará como base a média verificada durante 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

§ 2º O referido Estoque será formado, mantido o movimentado pela Superintendência da Borracha, conforme as normas para tal fim baixadas pelo Conselho Nacional da Borracha.

Projeto de Lei da Câmara Nº 48, de 1968

(Nº 910-B-68, NA ORIGEM)

Reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias da Justiça do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam majorados de 20% (vinte por cento) a partir de 1º de março de 1968, os valores dos símbolos de retribuição dos funcionários dos

§ 3º Para formar e manter o Estoque de Reserva, no volume estabelecido no § 1º, a Superintendência da Borracha, enquanto perdurar a escassez da produção de borracha nacional, terá a exclusividade da importação de borrachas vegetais e químicas necessárias a cobrir o déficit que comprovadamente ocorrer.

§ 4º Os lucros e perdas decorrentes de quaisquer operações relativas ao Estoque de Reserva serão levados, respectivamente, a crédito e débito do Fundo Especial a que se refere o art. 40 desta Lei.

§ 5º A diferença líquida para mais entre o custo da borracha importada de qualquer categoria e o preço de venda ao consumidor deverá ser aplicada, preferencialmente, na heveicultura, nas áreas de fronteira, na Amazônia Ocidental, na conformidade de normas aprovadas pelo Conselho Nacional da Borracha."

"Art. 28.

V — Fixar os preços de venda das borrachas vegetais de produção nacional e da borracha vegetal de procedência estrangeira adquiridas pela Superintendência da Borracha.

VI — Fixar os preços de venda das borrachas químicas de produção nacional e de procedência estrangeira adquiridas pela Superintendência da Borracha."

"Art. 29.

IX — Efetuar operações de compra e venda de borrachas vegetais e químicas de produção nacional e a exclusividade de importação de borrachas vegetais e químicas produzidas no exterior e necessárias ao consumo da indústria brasileira, dentro do que dispõe a presente Lei."

"Art. 30. Integrará o Conselho Nacional da Borracha:

a) o Ministro da Indústria e do Comércio, que o presidirá;

b) um representante do Ministro do Planejamento e Coordenação Geral;

c) um representante do Banco Central do Brasil;

d) um representante do Banco da Amazônia S.A.;

e) um representante do Ministério do Interior;

f) um representante do Ministério da Agricultura;

g) um representante do Estado-Maior das Forças Armadas.

§ 1º O Presidente terá, além do seu voto pessoal, o voto de desempate.

§ 2º Sendo o seu Presidente o Ministro da Indústria e do Comércio, nos termos deste artigo, considerar-se de sua responsabilidade, para os efeitos do art. 117, item I, alínea b, da Constituição Federal, as deliberações do Conselho Nacional da Borracha.

§ 3º As decisões do Conselho Nacional da Borracha obrigam também os órgãos federais, inclusive autarquias e sociedades de economia mista, no que se refere à execução desta Lei."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Quadros das Secretarias da Justiça do Trabalho em todo o País, atualmente em vigor.

Art. 2º Para os inativos das Secretarias da Justiça do Trabalho, a majoração a que se refere o artigo 1º será calculada na forma da Lei número 2.622, de 18 de outubro de 1956.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensal por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar às dotações próprias da Justiça do Trabalho, nos termos da demonstração por unidade a seguir:

4.05.01 — Tribunal Superior do Trabalho

DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CUSTEIO PESSOAL CIVIL			
Vencimentos e vantagens fixas	898.400,00		
Despesas variáveis e pessoal civil	8.200,00	906.600,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
Inativos	334.000,00		
Salário-família	10.200,00	344.200,00	1.250.800,00

4.05.02 — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 1ª Região

DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CUSTEIO PESSOAL CIVIL			
Vencimentos e vantagens fixas	1.205.600,00		
Despesas variáveis e pes. civil	13.600,00	1.219.600,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
Inativos	73.200,00		
Salário-família	22.200,00	95.400,00	1.315.000,00

4.05.03 — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 2ª Região

DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CUSTEIO PESSOAL CIVIL			
Vencimentos e vantagens fixas	1.896.600,00		
Despesas variáveis e pes. civil	20.000,00	1.916.600,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
Inativos	78.800,00		
Salário-família	34.000,00	112.800,00	2.029.400,00

4.05.04 — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 3ª Região

DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CUSTEIO PESSOAL CIVIL			
Vencimentos e vantagens fixas	996.600,00		
Despesas variáveis e pes. civil	23.600,00	1.020.200,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
Inativos	33.000,00		
Salário-família	29.800,00	62.800,00	1.083.000,00

4.05.05 — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 4ª Região

DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CUSTEIO PESSOAL CIVIL			
Vencimentos e vantagens fixas	1.268.000,00		
Despesas variáveis e pes. civil	318.000,00	1.586.000,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
Inativos	22.000,00		
Pensionistas	1.200,00		
Salário-família	23.600,00	46.800,00	1.632.800,00

4.05.06 — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 5ª Região

DESPESAS CORRENTES DESPESAS DE CUSTEIO PESSOAL CIVIL			
Vencimentos e vantagens fixas	578.600,00		
Despesas variáveis e pes. civil	46.200,00	624.800,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
Inativos	39.800,00		
Pensionistas	2.600,00		
Salário-família	20.000,00	62.400,00	687.200,00

4.05.07 — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 6ª Região

**DESPESAS CORRENTES
DESPESAS DE CUSTEIO
PESSOAL CIVIL**

Vencimentos e vantagens fixas ..	414.000,00		
Despesas variáveis c. pes. civil ..	14.000,00	428.000,00	

TRANSFERENCIAS CORRENTES

Inativos ..	22.200,00		
Salário-família ..	7.200,00	29.400,00	457.400,00

4.05.08 — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 7ª Região

**DESPESAS CORRENTES
DESPESAS DE CUSTEIO
PESSOAL CIVIL**

Vencimentos e vantagens fixas ..	316.000,00		
Despesas variáveis c. pes. civil ..	3.000,00	319.000,00	

TRANSFERENCIAS CORRENTES

Inativos ..	26.000,00		
Pensionistas ..	200,00		
Salário-família ..	2.000,00	28.200,00	347.200,00

4.05.09 — Tribunal Regional do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento da 8ª Região

**DESPESAS CORRENTES
DESPESAS DE CUSTEIO
PESSOAL CIVIL**

Vencimentos e vantagens fixas ..	299.800,00		
Despesas variáveis c. pes. civil ..	20.200,00	320.000,00	

TRANSFERENCIAS CORRENTES

Inativos ..	14.800,00		
Pensionistas ..	400,00		
Salário-família ..	1.020,00	16.220,00	336.220,00

TOTAL .. 9.139.020,00

Art. 5º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior terá vigência até 31 de dezembro de 1968.

Art. 6º A despesa resultante da aplicação da presente Lei será coberta com a arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de que trata o art. 8º e seu parágrafo único da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças

**Projeto de Lei da Câmara
Nº 49, de 1968**

(Nº 907-B-68, NA ORIGEM)

Reajusta os vencimentos dos funcionários da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam majorados de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 1968, os valores dos símbolos de retribuição dos funcionários do Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos, atualmente em vigor.

Art. 2º Aplica-se aos inativos da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos a majoração a que se refere o art. 1º.

Art. 3º O Salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar às dotações próprias do Tribunal Federal de Recursos, até o limite de NCr\$ 935.000,00 (novecentos e trinta e cinco mil cruzeiros novos) e com vigência até 31 de 1968.

Art. 5º A despesa, a que se refere o artigo anterior, será coberta com a arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de que trata o art. 8º e seu parágrafo único da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

**Projeto de Lei da Câmara
Nº 50, de 1968**

(Nº 959-B-68, NA ORIGEM)

Reajusta os vencimentos dos servidores da Justiça Militar.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam majorados de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 1968, os valores dos símbolos de retribuição dos funcionários dos Quadros da Secretaria do Superior Tribunal Militar e dos Cartórios das Auditorias da Justiça Militar, atualmente em vigor.

Art. 2º Para os inativos da Justiça Militar, a majoração a que se refere o art. 1º será de 20% (vinte por cento), calculada na forma da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar às dotações próprias da Justiça Militar, até o limite de NCr\$ 1.842.715,00 (um milhão oitocentos e quarenta e dois mil setecentos e quinze cruzeiros novos) e com vigência até 31 de dezembro de 1968.

Art. 5º A despesa, a que se refere o artigo anterior, será coberta com o aumento da arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de que trata o art. 8º e seu parágrafo único da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

**Projeto de Lei da Câmara
Nº 51, de 1968**

(Nº 903-B-68, NA CÂMARA)

Reajusta os vencimentos dos funcionários das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e Tribunais Regionais Eleitorais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam majorados de 20% (vinte por cento), a partir de 1º de janeiro de 1968, os valores dos símbolos de retribuição dos funcionários dos Quadros das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais atualmente em vigor.

Art. 2º Para os inativos das referidas Secretarias, a majoração a que se refere o art. 1º, será, também, de 20% (vinte por cento), calculada na forma da Lei nº 2.622, de 18 de outubro de 1955.

Art. 3º O Salário-família passará a ser pago na base de NCr\$ 12,00 (doze cruzeiros novos) mensais por dependente.

Art. 4º Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei e aberto ao Poder Judiciário — Justiça Eleitoral — o crédito suplementar de NCr\$ 5.896.800,00 (cinco milhões, oitocentos e noventa e seis mil e oitocentos cruzeiros novos) para reforço das dotações correspondentes ao Orçamento Geral da União referente ao exercício de 1968, sabendo-se: 3.04.00 — JUSTIÇA ELEITORAL

FODER JUDICIAL

3.04.00 — JUSTIÇA ELEITORAL
01 — TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
3.04.00 — DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.1.0 — Pessoal
3.1.1.1 — Pessoal Civil
01.00 — Vencimentos e Vantagens Fixas 272.030,00
02.00 — Despesas variáveis c. Pessoal Civil 10.000,00

3.2.0.0 — TRANSFERENCIAS CORRENTES
3.2.3.0 — INATIVOS
01.00 — Pessoal Civil 105.000,00
3.2.5.0 — Salário-família 9.200,00
3.2.9.0 — DIVERSAS TRANSFERENCIAS CORRENTES
3.2.9.5 — Pessoas 1.000,00

02 — TRIBUNAL REGIONAL DE ALAGOAS
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO
3.1.1.0 — Pessoal
3.1.1.1 — Pessoal Civil
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas 46.000,00
02.00 — Despesas variáveis c. Pessoal Civil 3.000,00

3.2.0.0 — TRANSFERENCIAS CORRENTES
3.2.3.0 — INATIVOS
01.00 — Pessoal Civil 7.000,00
3.2.5.0 — Salário-família 3.200,00

03 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAPÁ
ZONAS
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.1.0 — Pessoal
3.1.1.1 — Pessoal Civil
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas 54.000,00
02.00 — Despesas variáveis c. Pessoal Civil 3.200,00

3.2.0.0 — TRANSFERENCIAS CORRENTES
3.2.3.0 — INATIVOS
01.00 — Pessoal Civil 84.000,00
3.2.5.0 — Salário-família 2.200,00

04 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.1.0 — Pessoal
3.1.1.1 — Pessoal Civil
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas 264.000,00
02.00 — Despesas variáveis c. Pessoal Civil 4.000,00

3.2.0.0 — TRANSFERENCIAS CORRENTES
3.2.3.0 — INATIVOS
01.00 — Pessoal Civil 50.000,00
3.2.5.0 — Salário-família 10.000,00

05 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.1.0 — Pessoal
3.1.1.1 — Pessoal Civil
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas 157.000,00
02.00 — Despesas variáveis c. Pessoal Civil 7.000,00

3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	131.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	8.400,00
06 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO DISTRITO FEDERAL	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	81.000,00
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	3.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	17.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	5.200,00
07 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	67.000,00
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	3.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	9.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	2.200,00
08 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	65.000,00
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	3.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	67.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	2.400,00
09 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA GUANABARA	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	632.000,00
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	1.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	594.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	18.200,00
3.2.9.0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.9.5 — Pensões	1.000,00
10 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	76.000,00
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	5.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	16.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	4.600,00
3.2.9.0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.9.5 — Pensões	1.000,00
11 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	49.000,00
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	3.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	31.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	2.200,00
12 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	324.000,00
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	5.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	53.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	16.400,00
3.2.9.0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.9.5 — Pensões	1.000,00

13 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	71.000
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	2.000
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	19.000
3.2.5.0 — Salário-família	4.400
3.2.9.0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.9.5 — Pensões	1.000
14 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PÁRUA	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	89.000
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	2.000
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	51.000
3.2.5.0 — Salário-família	4.800
3.2.9.0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.9.5 — Pensões	1.000
15 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	172.000
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	2.000
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	26.000
3.2.5.0 — Salário-família	8.400
16 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	168.000
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	4.000
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	50.000
3.2.5.0 — Salário-família	8.000
17 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PIAUÍ	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	63.000
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	4.000
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	20.000
3.2.5.0 — Salário-família	6.000
18 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	152.000
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	5.000
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	30.000
3.2.5.0 — Salário-família	5.000
3.2.9.0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.9.5 — Pensões	1.000
19 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	80.000
02.00 — Despesas variáveis c/Pessoal Civil	3.000
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	28.000
3.2.5.0 — Salário-família	5.200
20 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	

01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	182.000,00
02.00 — Despesas variáveis e Pessoal Civil	5.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	46.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	5.800,00
3.2.9.0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.9.5 — Pessoas	1.000,00
21 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	119.000,00
02.00 — Despesas variáveis e Pessoal Civil	4.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	26.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	5.600,00
3.2.9.5 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.9.5 — Pessoas	1.000,00
22 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	716.000,00
02.00 — Despesas variáveis e Pessoal Civil	22.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	67.000,00
3.2.4.0 — Pensionistas	34.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	21.600,00
3.2.9.0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.9.5 — Pessoas	1.000,00
23 — TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE	
3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES	
3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO	
3.1.1.0 — Pessoal	
3.1.1.1 — Pessoal Civil	
01.00 — Vencimentos e vantagens fixas	65.000,00
02.00 — Despesas variáveis e Pessoal Civil	4.000,00
3.2.0.0 — TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.3.0 — INATIVOS	
01.00 — Pessoal Civil	11.000,00
3.2.5.0 — Salário-família	4.600,00
3.2.9.0 — DIVERSAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
3.2.9.5 — Pessoas	1.000,00

Art. 5º Nos termos do art. 36, item I, do Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, o Tribunal de Contas da União tomará conhecimento da abertura do Crédito Suplementar de que trata esta Lei, a vista de sua publicação no *Diário Oficial* da União, e adotará automaticamente as medidas legais pertinentes ao assunto.

Art. 6º Com fundamento no art. 70, do Decreto-lei nº 209 de 25 de fevereiro de 1967, a Diretoria da Despesa Pública, a Contadoria Geral da República, ambas no Ministério da Fazenda, e o Tribunal Superior Eleitoral ficam desde logo, habilitados a tomar as providências cabíveis para que o Crédito Suplementar, objeto da presente Lei, possa ser utilizado para sanar as insuficiências verificadas nas dotações correspondentes aos Elementos de Despesa anteriormente citadas, obedecidos os limites constantes do art. 4º.

Art. 7º A Despesa, a que se refere o art. 4º, será coberta com o aumento da arrecadação decorrente da elevação das alíquotas de que trata o art. 8º e seu parágrafo único da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Serviço Público Civil e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — A Presidência recebeu respostas às seguintes Resoluções de Informações:

Nº 1.056-67, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro do Trabalho e Previdência Social (Aviso nº 283, de 8 do corrente mês);

Nº 118-68, de autoria do Senador Vasconcellos Torres, enviada pelo Ministro das Comunicações (Aviso número 165, de 8 do corrente mês);

Nº 132-68, de autoria do Senador Vasconcellos Torres, enviada pelo Ministro das Comunicações (Aviso número 164, de 8 do corrente mês);

Nº 165-68, de autoria do Senador Lino de Mattos, enviada pelo Ministro

das Comunicações (Aviso nº 179, de 9 do corrente mês);

Nº 225-68, de autoria do Senador Vasconcellos Torres, enviada pelo Ministro da Aeronáutica (Aviso número 37-GM-5-158 R, de 8 do corrente mês).

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Sobre a mesa, comunicação que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte:

Brasília, 9 de abril de 1968.

Sr. Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Ex. que me ausentarei do País, a partir de 30 do corrente mês, no desempenho de missão do Senado Federal.

Atenciosas saudações. — Senador Carlos Lindenberg.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Há orador inscrito.

Tem a palavra o nobre Senador Atilio Fontana.

O SR. ATILIO FONTANA:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, designado pelo Senado para participar, em companhia de outros Srs. Senadores, do II Congresso do Café, realizado em Curitiba, tive a honra de, no início da sessão colene, ter solicitado a luzer uso da palavra. Anunciei, até a presença de uma Comissão de Senadores designada para representar esta Casa naquele importante conclave.

Fui, igualmente, honrado pelo Senhor Governador do Estado de Santa Catarina, para representá-lo naquela reunião.

O Congresso teve pleno êxito pois ali compareceram os líderes da cafeicultura, da industrialização do café, da exportação, do comércio, enfim, daquela importante atividade em nosso País.

Compareceram também os Senhores Ministros da Indústria e Comércio do Planejamento e dos Transportes, bem como os Srs. Secretários de Agricultura dos Estados produtores de café.

Foi apresentado um número elevado de teses sobre os problemas relativos ao café, destacando-se os estudos a respeito de providências que devem ser tomadas para melhorar a qualidade do nosso principal produto. Foram apresentadas também teses com referência à industrialização do café solúvel, setor que está se desenvolvendo rapidamente e que trará, ao nosso ver, um certo desafio porque, o Instituto Brasileiro do Café mantém um grande estoque que, se não for industrializado, se perderá.

A tese relativa ao preço mínimo foi o ponto alto, sem dúvida, daquele conclave. Em regra geral, pelos estudos apresentados, pretende-se um aumento substancial do preço atualmente fixado, mas creio que o Governo não poderá atender a tais pretensões, na sua totalidade.

Certamente será corrigida a desvalorização da moeda, porque os cafeicultores enfrentam dificuldades com o alto custo de tudo quanto necessitam comprar para manutenção e preparo dos cafés. E, conseqüentemente, é de justiça que lhes seja reajustado o preço daquele produto.

Houve inúmeros debates. O Senhor Ministro da Indústria e Comércio pronunciou um importante discurso. Parece que foi muito feliz nas suas considerações e pensamentos expostos, tendo os cafeicultores percebido que da parte do Governo, existe a maior boa-vontade, para atender tanto aos produtores como aqueles que industrializam o café em nosso País.

Esperamos, pois, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que o II Congresso do Café traga nova colaboração, como sem dúvida trará para que possamos dispor, no futuro, de cafés finos, que facilitarão a conquista de mercados, bem como de café solúvel em maior quantidade, porque existem países como a Rússia, o Japão e outros, que não estão familiarizados com o café em grão para prepará-lo ao nosso sistema, mas aceitam bem o café solúvel. E a tendência, de acordo com o desenvolvimento e elevação do padrão de vida dos povos, é incluir o consumo de café e, no caso, o café solúvel será mais facilmente consumido em tais países, que estão fora de Convênio Internacional do Café. Como dizíamos, elevação do padrão de vida, o maior número de turistas que visitam países que não estão familiarizados com o café, tudo isso faz com que aumente o número de habitantes que consomem o café solúvel. Assim, Sr. Presidente, nessas rápidas palavras nos desincumbimos da

missão que nos foi confiada e esperamos que o café continue, no presente e no futuro, o sustentáculo de nossa economia e fornecedor, como sabemos, de aproximadamente cinquenta por cento de nossas preciosas divisas. Certamente os verdadeiros cafeicultores, aqueles que habitam suas glebas, suas fazendas, seus sítios, com facilidade poderão produzir melhor café, e para o qual, sem dúvida nenhuma, alcançará melhor preço.

Queremos agradecer a confiança que foi depositada na Comissão que representou o Senado naquele conclave e aguardamos os resultados que todos nós desejamos.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Edmundo Levy
Arthur Virgílio
Milton Trindade
Sebastião Archer
Patrônio Portela
Pessoa de Queiroz
José Ermirio
José Leite
Vasconcelos Torres
Mário Martins
Giberto Marinho
Lino de Mattos
Filinto Müller
Milton Menezes
Mello Braga
Mem de Sa

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação, em turno único do Requerimento nº 330, de 1968 de autoria do Sr. Senador João Abrahão, solicitando licença para tratamento de saúde, pelo prazo de 125 (cento e vinte e cinco) dias, a partir de 5 de abril do corrente ano.

A matéria está em fase de votação. Não havendo quorum, no momento, fica adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Item 2

Discussão, em turno único do Requerimento nº 331, de 1968, de autoria do Sr. Senador Eurico Rezende que requer a transcrição nos Anais da Casa do discurso pronunciado pelo Exmo. Sr. Presidente Costa e Silva, na sessão da Associação Brasileira de Imprensa, por ocasião das comemorações pelo transcurso do 60º aniversário de fundação da conceituada entidade.

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Como nenhum dos Srs. Senadores desejava discutí-lo, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada, por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondim) — Item 3º:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 102 de 1967, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta por invalidez, Ruy Ribeiro Cardoso Oficial Legislativo PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, tendo parecer sob nº 269, de 1968 da Comissão de Constituição e Justiça pelo arquivamento.

A Presidência, tendo em vista o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que é pelo arquivamento, nos termos do Art. 47 nº 26 do Regimento Interno, declara prejudicado o projeto, remetendo-o ao Arquivo.

Tribunal de Contas da União, a 14

ser mantida a pensão a Gilda Gonçalves Rosa e outras."

Publicada no DCN de 18 de janeiro de 1968.

Nº 21, de 1968 (no Senado) nº 816, de 1967 (na Presidência) — Agradece o recebimento da Mensagem nº 203, de 1967, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 54-67, que "aprova o texto do Decreto-lei número 333, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre a entrada em vigor das deliberações do Conselho de Política Aduaneira e incorpora as alterações do imposto de importação a taxa de despacho aduaneiro e dá outras providências."

Publicada no DCN de 18 de janeiro de 1968.

Nº 22, de 1968 (no Senado) nº 817, de 1967 (na Presidência) — Agradece o recebimento da Mensagem nº 183, de 1967, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 44-67 que "aprova o texto do Decreto-lei número 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ou aumento de produtividade dos artigos que especifica."

Publicada no DCN de 18.1.68.

Nº 23, de 1968 (no Senado) nº 819, de 1967 (na Presidência) — Agradece o recebimento da Mensagem nº 188-A, de 1967, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 45-67, que "aprova a Convenção relativa à Organização Hidrográfica Internacional, assinada em Mônaco, a 3 de maio de 1967."

Publicada no DCN de 18 de janeiro de 1968.

Nº 26, de 1968 (no Senado) nº 823, de 1967 (na Presidência) — Agradece o recebimento da Mensagem número 198, de 1967, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo número 49-67 que "aprova a Emenda ao Artigo VI.A.3 do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica, adotada a 4 de outubro de 1967, pela Conferência Geral daquela Agência, por ocasião de sua quinta sessão regular."

Publicada no DCN de 18 de janeiro de 1968.

Nº 27, de 1968 (no Senado) nº 826, de 1967 (na Presidência) — Agradece o recebimento da Mensagem nº 202, de 1967, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 53-67, que "aprova o Instrumento da Emenda (nº 1) de 1964, adotada pela Conferência da Organização Internacional do Trabalho, em sua quadragésima-oitava sessão, realizada em Genebra, a 17 de junho de 1964."

Publicada no DCN de 18 de janeiro de 1968.

Nº 28, de 1968 (no Senado) nº 827, de 1967 (na Presidência) — Agradece o recebimento da Mensagem nº 195, de 1967, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 46-67, que "aprova o Acordo Cultural celebrado em Haia, em 12 de outubro de 1966, entre o Brasil e o Reino dos Países Baixos."

Publicada no DCN de 18 de janeiro de 1968.

Nº 29, de 1968 (no Senado) nº 828, de 1967 (na Presidência) — Agradece o recebimento da Mensagem nº 204, de 1967, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 55-67, que "aprova o Convênio Interamericano de Sanidade Vegetal assinado no Rio de Janeiro, em 16 de setembro de 1955."

Publicado no DCN de 18 de janeiro de 1968.

Nº 30, de 1968 (no Senado) nº 829, de 1967 (na Presidência) — Agradece o recebimento da Mensagem nº 201, de 1967, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 52-67 que "aprova a Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada pelo Brasil em Montreux, Suíça, a 12 de novembro de 1965."

Publicada no DCN de 18 de janeiro de 1968.

Nº 31, de 1968 (no Senado) nº 830, de 1967 (na Presidência) — Agradece

o recebimento da Mensagem número 199, de 1967 acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 50-67, que "aprova o Tratado para a Proscrição de Armas Nucleares na América Latina, assinado na Cidade do México, em 9 de maio de 1967."

Publicado no DCN de 18 de janeiro de 1968.

Nº 48, de 1968 (no Senado) nº 53, de 1968 (na Presidência) — Agradece a aprovação da escolha do nome do Diplomata Marcos Antônio de Salvo Colmba, para o cargo de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República Socialista da România.

Publicado no DCN de 6 de fevereiro de 1968.

Nº 50, de 1968 (no Senado) nº 52, de 1968 (na Presidência) — Agradece a aprovação da escolha de Senhora Beata Vettori para a função, em comissão, de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil junto ao Governo da República do Equador.

Publicada no DCN de 13 de fevereiro de 1968.

Nº 51, de 1968 (no Senado) nº 55, de 1968 (na Presidência) — Agradece o recebimento da Mensagem nº 4, de 1968, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 3-68, que "denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, a fim de tornar definitivo o ato praticado em 15 de dezembro de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 36.027,32 (trinta e seis mil, vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos), para pagamento à Valmeto do Brasil S. A. — Ird. e Com. de Tratores."

Publicada no DCN de 13 de fevereiro de 1968.

Nº 52, de 1968 (no Senado) nº 58, de 1968 (na Presidência) — Agradece o recebimento da Mensagem nº 3, de 1968, acompanhada de autógrafo do Decreto Legislativo nº 2-68, que "aprova o texto do Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado "Protocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967."

Publicada no DCN de 13.2.68.

Nº 53, de 1968 (no Senado) nº 57, de 1968 (na Presidência) — Agradece o recebimento de autógrafo do Decreto Legislativo nº 1-68, que "aprova o texto do Decreto-lei nº 334, de 12 de outubro de 1967."

Publicada no DCN de 13.2.68.

Nº 54, de 1968 (no Senado) nº 63, de 1968 (na Presidência) — Agradece o recebimento de autógrafo do Decreto Legislativo nº 6-68, que "denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União para o fim de ser mantida a reforma do 3º Sargento José Pôrto da Cruz."

Publicada no DCN de 13.2.68.

Nº 55, de 1968 (no Senado) nº 62, de 1968 (na Presidência) — Agradece o recebimento de autógrafo do Decreto Legislativo nº 4-68, que "mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatório ao registro de concessão de reforma a Expediente PNC, calculada no posto de Tenente-Coronel, superior ao devido."

Publicada no DCN de 13.2.68.

Nº 56, de 1968 (no Senado) nº 63, de 1968 (na Presidência) — Agradece o recebimento de autógrafo do Decreto Legislativo nº 5-68, que "denega provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União de decisão que autorizou o registro de reforma da reforma a pórtula do Capitão-Tenente Augusto Monteiro da Silva Oliveira."

Publicada no DCN de 13.2.68.

Nº 63, de 1968 (no Senado) nº 74, de 1968 (na Presidência) — Agradece o envio do Decreto Legislativo nº 7-68, que "aprova o texto do Decreto-lei nº 336, de 24.10.67 que altera os critérios de distribuição do Imposto

Unico sobre Energia Elétrica e dá outras providências."

Publicada no DCN de 20.2.68.

d) RESTITUIÇÃO DE AUTÓGRAFOS:

Nº 9, de 1968 (no Senado) nº 802, de 1967 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 118-67, que "autoriza a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — a alienar lotes rurais de sua propriedade no Distrito Federal."

Publicado no DCN de 18 de janeiro de 1968.

Nº 11, de 1968 (no Senado) nº 804, de 1967 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 123-67, que "concede pensão especial ao cidadão brasileiro Leopoldo Jacob Arnt, ex-proprietário da antiga Navegação Arnt Ltda., do Rio Grande do Sul, e dá outras providências."

Publicada no DCN de 18.1.68.

Nº 12, de 1968 (no Senado) nº 805, de 1967 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 122-67, que "concede pensão especial à família do Inspetor Eletrobrás Arnelo de Souza."

Publicada no DCN de 18.1.68.

Nº 13, de 1968 (no Senado) nº 806, de 1967 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13-67, que "reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares da União, reformula aliquotas do imposto sobre Produtos Industrializados, e dá outras providências."

Publicada no DCN de 18.1.68.

Nº 17, de 1968 (no Senado) nº 811, de 1967 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 124-67, que "prorroga, por 180 dias, o prazo estabelecido no art. 11 da Lei número 5.270, de 24.4.67, que dispõe sobre a profissão de Nutricionista, regula o seu exercício, e dá outras providências."

Publicada no DCN de 18.1.68.

Nº 25, de 1968 (no Senado) nº 823, de 1967 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 130-67, que "estende as sociedades concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo controle acionário tiver sido ou vier a ser adquirido pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRAS — o disposto no art. 16 da Lei nº 3.830-A, de 25 de abril de 1961, e dá outras providências."

Publicada no DCN de 18.1.68.

Nº 38, de 1968 (no Senado) nº 836, de 1967 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 283-68, que "disciplina a Profissão de Relações Públicas e dá outras providências."

Publicada no DCN de 18.1.68.

Nº 40, de 1968 (no Senado) nº 843, de 1967 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 136-67, que "prevê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos."

Publicada no DCN de 18.1.68.

Nº 46, de 1968 (no Senado) nº 850, de 1968 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 134-67, que "autoriza o aumento de alíquota da União Federal de Fígura S.A. — UTILPA."

Publicada no DCN de 18.1.68.

Nº 57, de 1968 (no Senado) nº 857, de 1968 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 143-67, que "autoriza o prazo de validade da inscrição profissional concedida a Companhia Saneamento do São Paulo S.A."

Publicada no DCN de 15.2.68.

Nº 60, de 1968 (no Senado) nº 868, de 1968 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 129-67,

que "concede reforma a militares assalados e dá outras providências"

Publicada no DCN de 15.2.68.

Nº 61, de 1968 (no Senado) nº 72, de 1968 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 133-67, que "concede estímulos a indústria de artesanatos têxteis e dá outras providências."

Publicada no DCN de 20.2.68.

Nº 65, de 1968 (no Senado) nº 77, de 1968 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 144-67, que "regulamenta o trabalho no bloco."

Publicada no DCN de 21.2.68.

Nº 66, de 1968 (no Senado) nº 79, de 1968 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 8-68, que "autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), destinado a despesas de custeio com a instalação e manutenção das Delegacias Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), no exercício de 1967."

Publicada no DCN de 23.2.68.

Nº 67, de 1968 (no Senado) nº 80, de 1968 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15-67, que "prevê sobre a redução do pagamento das taxas de embarques dos Portos e Rádios da Marinha Mercante, das embarcações importadas pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica."

Publicada no DCN de 23.2.68.

Nº 63, de 1968 (no Senado) nº 81, de 1968 (na Presidência) — Restitui autógrafos sancionados do Projeto de Lei da Câmara nº 187-67, que "altera o art. 1º da Lei nº 3.878, de 2.4.63, que elava para NCr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) a ajuda financeira concedida às Ilhas Salomão do Amazonas — Prêda do Estado e dá outras providências."

Publicada no DCN de 23.2.68.

Nº 47, de 1968 (no Senado) nº 49, de 1968 (na Presidência) — Encaminha o projeto de Lei que "altera os Quadros Permanentes e Provisões de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências."

Publicada no DCN de 3.2.68.

PROPOSIÇÃO APRESENTADA

a) PROJETO DE LEI DO SENADO:

Nº 1, de 1968 — Altera o Decreto-lei nº 13-66, excluindo a responsabilidade do seguro de responsabilidade civil dos proprietários de veículos automotores de via terrestre.

Autor: Senador Vasconcelos Torres.

Lido em 17.1.68 — Publicado no DCN de 18.1.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Transportes.

Nº 2, de 1968 — Descumpra o Conselho Federal de Educação e dá outras providências.

Autor: Senador Vasconcelos Torres.

Lido em 18.1.68 — Publicado no DCN de 19.1.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Serviço Público.

Nº 3, de 1968 — Dispõe sobre a situação dos servidores do TPI que, anteriormente à unificação da previdência social, comprovarem serviços ou empregos acumulativos, e embora submetidos a regime de aposentadoria e tiverem que optar.

Autor: Senador Norberto da Câmara.

Lido em 22.1.68 — Publicado no DCN de 23.1.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, Serviço Público Civil, Legislação Social e de Finanças.

Nº 4, de 1968 — Dispõe sobre a aposentadoria da funcionários integrantes da Carreira de Enfermeiro.

Autor: Senador Aarão Steinboch.

Lido em 23.1.68 — Publicação no DCN de 24.1.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil, de Legislação Social e de Finanças.

Nº 5, de 1968 — Estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço o direito assegurado pelo artigo 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966.

Autor: Senador Josaphat Marinho.
Lido em 23.1.68 — Publicado no DCN de 24.1.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Nº 6, de 1968 — Dispõe sobre a aposentadoria do servidor público de conformidade com o art. 177, § 1º da Constituição do Brasil.

Autor: Senador Edmundo Levi.
Lido em 24.1.68 — Publicado no DCN de 25.1.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Nº 7-DF, de 1968 — Altera os Quadros Permanente e Provisório de Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo.
Lido em 2.2.68 — Publicado no DCN de 3.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, do Distrito Federal e de Finanças.

Nº 8, de 1968 — Altera o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), no capítulo referente à Contribuição de Melhoria; e o Decreto-lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967.

Autor: Senador Ney Braga.
Lido em 7.2.68 — Publicado no DCN de 8.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.

Nº 9, de 1968 — Altera a redação do § 1º do Art. 136 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).

Autor: Senador Vasconcelos Torres.
Lido em 7.2.68 — Publicado no DCN de 8.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, e de Legislação Social.

Nº 11, de 1968 — Estende os benefícios previstos no art. 116 da Lei nº 1.711, de 1952, e art. 10 da Lei nº 4.345-64 ao pessoal que especifica.

Autor: Senador Vasconcelos Torres.
Lido em 8.2.68 — Publicado no DCN de 9.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Nº 12, de 1968 — Assegura inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior aos graduados em escola normal.

Autor: Senador Edmundo Levi.
Lido em 8.2.68 — DCN, de 9.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

Nº 13, de 1968 — Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias.

Autor: Senador Lino de Mattos.
Lido em 13.2.68 — Publicado no DCN de 14.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Economia, de Legislação Social e de Finanças.

Nº 14, de 1968 — Considera, para efeito de registro e desapropriação, zona de pecuária leiteira a área que especifica.

Autor: Senador Lino de Mattos.
Lido em 14.2.68 — Publicado no DCN de 15.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça do Distrito Federal.

Nº 15, de 1968 — Estabelece normas para aproveitamento obrigatório de candidatos a Cursos Exper-

res, de acordo com o número de vagas, e dá outras providências.

Autor: Senador Vasconcelos Torres.
Lido em 14.2.68 — Publicado no DCN de 15.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

Nº 16, de 1968 — Declara de utilidade pública a "Federação Espirita do Estado do Rio de Janeiro", com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Autor: Senador Aarão Steinbruch.
Lido em 19.2.68 — Publicado no DCN de 20.2.68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Nº 17, de 1968 — Estendem-se aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, que lidam com Raios X ou substâncias radicativas, as vantagens de redução de tempo, para aposentadoria facultativa ou compulsória, asseguradas por lei, aos servidores da União em razão das mesmas condições de serviço.

Autor: Senador Adalberto Sena.
Lido em 19.2.68 — Publicado no DCN de 20.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, do Distrito Federal e de Finanças.

Nº 18, de 1968 — Aplica aos empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, os preceitos gerais sobre duração do trabalho, alterando a redação do art. 243 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Autor: Senador Vasconcelos Torres.
Lido em 20.2.68 — Publicado no DCN de 21.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, do Distrito Federal e de Finanças.

Nº 19, de 1968 — Submete à prévia aprovação do Conselho de Segurança Nacional as atribuições que especifica.

Autor: Senador Lino de Mattos.
Lido em 21.2.68 — Publicado no DCN de 22.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Agricultura.

Nº 20, de 1968 — Altera a redação do § 4º do art. 9º da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967.

Autor: Senador Ney Braga.
Lido em 22.2.68 — Publicado no DCN de 23.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Educação e Cultura.

Nº 10, de 1968 — Modifica o artigo 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social) e lhe altera e acrescenta parágrafos.

Autor: Senador Vasconcelos Torres.
Lido em 7.2.68 — Publicado no DCN de 2.8.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Nº 1, de 1968 — Concede aposentadoria a Laura Bandeira Accioli Taquigrafa-Revizora, PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 17-1-68 — Publicado no DCN de 18-1-68.

Distribuição: Comissão Diretora.

Nº 2, de 1968 — Estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei número 5.368, de 1-12-67, as majorações ali previstas e dá outras providências.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 18-1-68 — Publicado no DCN de 19-1-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Nº 3, de 1968 — Aposenta, por invalidez, Belmiro Fernandes, Marce-neiro, Símbolo PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 22-1-68 — Publicado no DCN de 23-1-68.

Distribuição: Comissão Diretora.

Nº 4, de 1968 —

Autoriza Prefeitura Municipal de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul a contrair empréstimo externo no montante de DM 115.541, para aquisição de equipamentos hospitalares da CHF Mueller GmbH-Hamburgo (Alemanha Ocidental).

Autor: Comissão de Finanças.
Lido em 24-1-68 — Publicado no DCN, de 25-1-68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Nº 5, de 1968 — Exonera, a pedido, Luiz de Souza Leão, Auxiliar Legislativo PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 24-1-68 — Publicado no DCN de 25-1-68.

Distribuição: Comissão Diretora.

Nº 6, de 1968 — Prorroga, por um ano, a licença concedida a Sebastião Ruy Rollo Maciel, Oficial Legislativo do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 19-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão Diretora.

Nº 7, de 1968 — Prorroga, por um ano, a licença concedida a Moema Fernandes Távora, Oficial Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão Diretora.

Nº 8, de 1968 — Suspende, em parte, nos termos do art. 45, inciso IV, da Constituição Federal, a execução das Leis ns. 651 e 657, de 1956, do município de Pelotas.

Autor: Comissão de Constituição e Justiça.
Lido em 25-1-68 — Publicado no DCN de 26-1-68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Nº 9, de 1968 — Suspende a execução do § 3º do art. 8º, da Lei número 2.081, de 27-12-52, do Estado de São Paulo.

Autor: Comissão de Constituição e Justiça.
Lido em 25-1-68 — Publicado no DCN de 26-1-68.

Distribuição: Comissão de Redação.

Nº 10, de 1968 — Torna sem efeito a nomeação de Maria Lúcia de Moraes e Silva Rodrigues, candidata habilitada em concurso público, para o cargo de Auxiliar Legislativo.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 7-2-68 — Publicado em 8-2-68.

Distribuição: Comissão Diretora.

Nº 11, de 1968 — Dispõe sobre as reuniões preparatórias da sessão legislativa ordinária do corrente ano.

Autor: Senador Filinto Müller.
Lido em 6-2-68 — Publicado no DCN de 7-2-68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, e Diretora.

Nº 12, de 1968 — Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Autor: Senador Filinto Müller.
Lido em 6-2-68 — Publicado no DCN de 7-2-68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, e Diretora.

Nº 13, de 1968 — Dispõe sobre a administração do Serviço Gráfico do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 7-2-68 — Publicado no DCN de 8-2-68.

Distribuição: Comissão Diretora.

Nº 14, de 1968 — Autoriza o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, Caio Cesar de Menezes Pinheiro, a integrar como Delegado suplente, a delegação do Brasil à II Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 7-2-68 — Publicado no DCN de 8-2-68.

Distribuição: Comissão Diretora.

Nº 15, de 1968 — Nomeia, para cargos vagos de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso público.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 7-2-68 — Publicado no DCN de 8-2-68.

Distribuição: Comissão Diretora.

Nº 16, de 1968 — Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a contrair empréstimo externo.

Autor: Comissão de Finanças.
Lido em 9-2-68 — Publicado no DCN de 10-2-68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Nº 17, de 1968 — Aposenta Guilherme Costa, Diretora, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 19-2-68 — Publicado no DCN, de 20-2-68.

Distribuição: Comissão Diretora.

Nº 18, de 1968 — Autoriza o Governo do Estado do Paraná a adquirir, mediante financiamento, equipamentos hospitalares da firma N. V. Philips Gloeilampfabrieken, de Eindhoven, Holanda.

Autor: Comissão de Finanças.
Lido em 21-2-68 — Publicado no DCN, de 22-2-68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Nº 19, de 1968 — Institui o Prêmio Isaac Brown ao funcionário Público padrão.

Autor: Comissão Diretora.
Lido em 22-2-68 — Publicado no DCN de 23-2-68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, e de Finanças.

PROPOSIÇÃO RECEBIDA

a) PROJETO DE LEI DA CÂMARA:

Nº 1, de 1968 (no Senado) —

Nº 315-E, de 1967 (na Câmara) — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 8 (oito) Juntas de Conciliação e Julgamento, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autor: Trib. Reg. Trab. da 3ª Região (Mensagem nº 4-66).
Lido em 17-1-68 — Publicado no DCN de 18-1-68.

Distribuição: Comissões de Legislação Social e de Finanças.

Nº 2, de 1968 (no Senado) —

Nº 744-B, de 1967 (na Câmara) — Modifica a redação do Art. 11 da Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 720-67).
Lido em 17-1-68 — Publicado no DCN de 18-1-68.

Distribuição: Comissão de Projeto do Executivo.

Nº 3, de 1968 (no Senado) —

Nº 3.913-B, de 1966 (na Câmara) — Autoriza a reversão de uma área de terra na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul à Prefeitura Municipal da mesma localidade.

Autor: Deputado Norberto Schmidt.
Lido em 23-2-68 — Publicado no DCN de 24-1-68.

Distribuição: Comissões de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, e de Finanças.

Nº 4, de 1968 (no Senado) —

Nº 310-B, de 1967 (na Câmara) — Revoga, por 30 (trinta) dias dispositivo do Decreto-lei nº 194, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos.

Autor: Deputado José Maria Ribeiro.
Lido em 23-1-68 — Publicado no DCN de 24-1-68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

Nº 5, de 1968 (no Senado) —

Nº 775-B, de 1967 (na Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCrs 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), destinado a despesas de criação, instalação e manutenção das Delega-

cias Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), no exercício de 1967.
Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 751-67).

Lido em 23-1-68 — Publicado no DCN de 21-1-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.
Nº 6, de 1968 (no Senado) —
Nº 868-B, de 1967 (na Câmara) —
Prove sobre a alfabetização de adultos em guade militar.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 761-67).

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão de Projetos do Executivo.

Nº 7, de 1968 (no Senado) —
Nº 358-B, de 1965 (na Câmara) —
Institui o "Dia da Cultura e da Ciência" e dá outras providências.

Autor: Deputado Jorge Kalume.

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão de Educação e Cultura.

Nº 8, de 1968 (no Senado) —
Nº 361-B, de 1966 (na Câmara) —
Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antônio Versiani Achaide", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Autor: Deputado Francelino Pereira.

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissões de Educação e Cultura e de Finanças.

Nº 9, de 1968 (no Senado) —
Nº 519-B, de 1967 (na Câmara) —
Modifica o Decreto-lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, Senai, Senac e das entidades similares.

Autor: Deputado Pedro Faria.

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissões de Economia e de Finanças.

Nº 10, de 1968 (no Senado) —
Nº 207-B, de 1967 (na Câmara) —
Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos funcionários e dá outras providências.

Autor: Deputado Aroldo de Carvalho.

Lido em 2-2-68 — Publicado no DCN de 3-2-68.

Distribuição: Comissões de Serv. Público Civil e de Finanças.

Nº 11, de 1968 (no Senado) —
Nº 314-E, de 1957 (na Câmara) —
Regulamenta a profissão de empregados de edifícios e dá outras providências.

Autor: Deputado Chazas Freitas.

Lido em 9-2-68 — Publicado no DCN de 10-2-68.

Distribuição: Comissão de Legislação Social.

Nº 12, de 1968 (no Senado) —
Nº 846-B, de 1967 (na Câmara) —
Altera e revoga dispositivos do Decreto-lei nº 205, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização, funcionamento e extinção de aeroclubes, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 771-68).

Lido em 16-2-68 — Publicado no DCN de 17-2-68.

Distribuição: Comissão de Projetos do Executivo.

Nº 13, de 1968 (no Senado) —
Nº 848-B, de 1967 (na Câmara) —
Isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados equipamentos destinados à implantação da rede de telecomunicações no Estado do Paraná e importados pela Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 776-68).

Lido em 16-2-68 — Publicado no DCN de 17-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Nº 14, de 1968 (no Senado) —
Nº 845-B, de 1967 (na Câmara) —
Dispõe sobre medidas financeiras referentes à arrecadação da Dívida Ativa da União, juros de mora nos débitos para com a Fazenda Nacional e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 770-67).

Lido em 21-2-68 — Publicado no DCN de 22-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Nº 15, de 1968 (no Senado) —
Nº 867-B, de 1967 (na Câmara) —
Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Interior, o crédito especial de NCr\$ 406.000,00 (quatrocentos e seis mil cruzeiros novos), para atender a programa especial de migrações internas.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 785-67).

Lido em 21-2-68 — Publicado no DCN de 22-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Nº 16, de 1968 (no Senado) —
Nº 938-B, de 1968 (na Câmara) —
Ampla a destinação de recursos do "Fundo de Assistência ao Desempregado", instituído pelo Decreto nº 58.155, de 5 de abril de 1965.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 44-68).

Lido em 21-2-68 — Publicado no DCN de 22-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Nº 17, de 1968 (no Senado) —
Nº 867-B, de 1967 (na Câmara) —
Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Interior, o crédito especial de NCr\$ 406.000,00 (quatrocentos e seis mil cruzeiros novos), para atender a programa especial de migrações internas.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 785-67).

Lido em 21-2-68 — Publicado no DCN de 22-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Nº 18, de 1968 (no Senado) —
Nº 938-B, de 1968 (na Câmara) —
Ampla a destinação de recursos do "Fundo de Assistência ao Desempregado", instituído pelo Decreto nº 58.155, de 5 de abril de 1965.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 44-68).

Lido em 21-2-68 — Publicado no DCN de 22-2-68.

Distribuição: Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

b) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:

Nº 1, de 1968 (no Senado)

Nº 35-B, de 1967 (na Câmara) —
Aprova o Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 18 de janeiro de 1967.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 555-67).

Lido em 11-1-68 — Publicado no DCN de 25-1-68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.

Nº 2, de 1968 (no Senado)

Nº 29-A, de 1967 (na Câmara) —
Aprova o Acordo de Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 495-67).

Lido em 31-1-68 — Publicado no DCN de 1-2-68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores e de Segurança Nacional.

Nº 3, de 1968 (no Senado)

Nº 21-A, de 1967 (na Câmara) —
Da provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada despesa em favor da firma COFIMA — Cia. Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 495-67).

Lido em 31-1-68 — Publicado no DCN de 1-2-68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores e de Segurança Nacional.

Nº 4, de 1968 (no Senado)

Nº 24-A, de 1967 (na Câmara) —
Denega provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a emissão de Letras do Tesouro, Série "D", ao portador no montante de NCr\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de cruzeiros novos).

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 495-67).

Lido em 31-1-68 — Publicado no DCN de 1-2-68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores e de Segurança Nacional.

Nº 5, de 1968 (no Senado)

Nº 28-A, de 1967 (na Câmara) —
Denega provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser mantida a reforma do Soldado Justo Nunes.

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Nº 6, de 1968 (no Senado)

Nº 307-B, de 1967 (na Câmara) —
Aprova o texto do convênio de Intercâmbio Cultural celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 750-67).

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Nº 7, de 1968 (no Senado)

Nº 215-B, de 1965 (na Câmara) —
Mantém ato denegatório do Tribunal de Contas da União, de registro da despesa de NCr\$ 1.980,00 (um mil, novecentos e oitenta cruzeiros novos), em favor da Cai. Fabricadora de Papel, proveniente de "ornamentos" feitos à Casa da Moeda.

Autor: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Nº 8, de 1968 (no Senado)

Nº 59-A, de 1968 (na Câmara) —
Aprova o Decreto-lei nº 312, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade.

Autor: Poder Executivo

Lido em 12-2-68 — Publicado no DCN de 13-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Nº 9, de 1968 (no Senado)

Nº 55-A, de 1968 (na Câmara) —
Aprova o Decreto-lei nº 338, de 19 de dezembro de 1967, que dá nova redação ao artigo 12 e seu § 1º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967.

Autor: Poder Executivo

Lido em 16-2-68 — Publicado no DCN de 17-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Nº 10, de 1968 (no Senado)

Nº 57-A, de 1968 (na Câmara) —
Aprova o Decreto-lei nº 313, de 28 de dezembro de 1967, que altera a legislação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 7-68).

Lido em 16-2-68 — Publicado no DCN de 17-2-68.

Distribuição: Comissões de Minas e Energia, de Transportes e de Finanças.

Nº 11, de 1968 (no Senado)

Nº 61-A, de 1968 (na Câmara) —
Aprova o Decreto-lei nº 341, de 22 de dezembro de 1967, respectivamente.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 5-68).

Lido em 16-2-68 — Publicado no DCN de 17-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Nº 12, de 1968 (no Senado)

Nº 56-A, de 1968 (na Câmara) —
Aprova o Decreto-lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 12-68).

Lido em 19-2-68 — Publicado no DCN de 20-2-68.

Distribuição: Comissão de Segurança Nacional.

Nº 13, de 1968 (no Senado)

Nº 307-B, de 1967 (na Câmara) —
Aprova o texto do convênio de Intercâmbio Cultural celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 750-67).

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Nº 14, de 1968 (no Senado)

Nº 307-B, de 1967 (na Câmara) —
Aprova o texto do convênio de Intercâmbio Cultural celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 750-67).

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Nº 15, de 1968 (no Senado)

Nº 307-B, de 1967 (na Câmara) —
Aprova o texto do convênio de Intercâmbio Cultural celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 750-67).

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Nº 16, de 1968 (no Senado)

Nº 307-B, de 1967 (na Câmara) —
Aprova o texto do convênio de Intercâmbio Cultural celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 750-67).

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Nº 17, de 1968 (no Senado)

Nº 307-B, de 1967 (na Câmara) —
Aprova o texto do convênio de Intercâmbio Cultural celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 750-67).

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Nº 18, de 1968 (no Senado)

Nº 307-B, de 1967 (na Câmara) —
Aprova o texto do convênio de Intercâmbio Cultural celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, a 5 de julho de 1966.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 750-67).

Lido em 1-2-68 — Publicado no DCN de 2-2-68.

Distribuição: Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados.

Lido em 21-2-68 — Publicado no DCN de 22-2-68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores, e de Educação e Cultura.

Mensagem nº 1, de 1963 (na Presidência) — Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 337, de 19 de dezembro de 1967, o qual prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei número 265, de 28 de fevereiro de 1967.

Autor: Poder Executivo

Lido em 20-2-68 — Publicada no DCN de 21-2-68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Mensagem nº 3, de 1963 (na Presidência) — Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 399, de 19 de dezembro de 1967, que exclui da abrangência do artigo 10 do Decreto-lei nº 31, de 21 de novembro de 1965, o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco da Amazônia S.A. e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.

Autor: Poder Executivo

Lido em 20-2-68 — Publicada no DCN de 21-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Mensagem nº 4, de 1968 (na Presidência) — Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967, que acrescenta disposições disciplinadoras do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 que regula a Zona Franca de Manaus e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Lido em 20-2-68 — Publicada no DCN de 21-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Mensagem nº 8, de 1963 (na Presidência) — Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 344, de 28 de dezembro de 1967, que altera alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Autor: Poder Executivo

Lido em 20-2-68 — Publicada no DCN de 21-2-68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Mensagem nº 9, de 1963 (na Presidência) — Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 345, de 28 de dezembro de 1967, que institui a duplicata fiscal e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Lido em 20-2-68 — Publicada no DCN de 21-2-68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

— Deixaram de ser apreciadas pela Câmara dos Deputados

PROPOSIÇÃO APROVADA

a) A SANÇÃO:

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1966 — Estende à Sociedade Financeira dos Servidores Públicos do Brasil (FINANBRA) o disposto na Lei nº 1.134, de 14 de junho de 1950.

Autor: Senador Gilberto Martins.

Lido em 18-8-66 — Publicado no DCN de 19-8-66.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Serviços Públicos e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1967. — Dispõe sobre a Bandeira, as Armas e o Selo Nacionais

Autor: Senador Vasconcelos Torres

Lido em 24-5-67 — Publicado no DCN de 25-5-67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.

Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1967.

Projeto de Lei nº 35-B-67 — (na Câmara) — Inclui nas entidades consignatárias a que se refere o art. 171 da Lei nº 4.328, de 30 de abril de 1964, o Clube de Oficial da Reserva e Reformados da Marinha e a Associação de Taifeiros da Armada e

Clube Beneficente dos Sargentos da Marinha.

Autor: Deputado Jamil Amiden.
Lido em 13.11.67 — Publicado no DCN de 14.11.67.

Distribuição: Comissões de Segurança Nacional e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1937.

Projeto de Lei nº 693-B-67 — (na Câmara) — Concede reforma a militares asilados e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 690-67).

Lido em 17.11.67 — Publicado no DCN de 18.11.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 1937.

Projeto de Lei nº 638-B-67 — (na Câmara) — Concede subsídios à indústria de artefatos têxteis e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 676-67).

Lido em 20.11.67 — Publicado no DCN de 21.11.67.

Distribuição: Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 134, de 1937.

Projeto de Lei nº 691-B-67 — (na Câmara) — Autoriza o aumento de capital da Usina Termoeletrica de Figueira S.A.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 691-67).

Lido em 20.11.67 — Publicado no DCN de 21.11.67.

Distribuição: Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 135, de 1937.

Projeto de Lei nº 121-A-67 — (na Câmara) — Concede aos servidores públicos e aos das entidades autárquicas ou parastatais federais, que lidam com raios X ou substâncias radioativas, a aposentadoria facultativa aos 25 anos de serviço e a obrigatoriedade aos 65 anos de idade.

Autor: Deputado Milton Reis.

Lido em 27.11.67 — Publicado no DCN de 28.11.67.

Distribuição: Comissões de Serviço Público Civil, de Saúde e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1937.

Projeto de Lei nº 707-B-67 — (na Câmara) — Altera o art. 1º da Lei nº 3.378, de 2.4.38, que eleva para Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) a ajuda financeira concedida às Missões Salesianas do Amazonas-Paraná do Rio Negro e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 702-67).

Lido em 28.11.67 — Publicado no DCN de 29.11.67.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 139, de 1937.

Projeto de Lei nº 708-B-67 — (na Câmara) — Da nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.

Autor: Deputado Jamil Amiden.

Lido em 28.11.67 — Publicado no DCN de 29.11.67.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1937.

Projeto de Lei nº 709-B-67 — (na Câmara) — Da nova redação ao parágrafo único do art. 20 da Lei número 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares.

Autor: Deputado Jamil Amiden.

Lido em 28.11.67 — Publicado no DCN de 29.11.67.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 1937.

Projeto de Lei nº 710-B-67 — (na Câmara) — Reabre o prazo de reclusão no Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara do pessoal do Quadro do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal.

Autor: Deputado Pedro Faria.

Lido em 28.11.67 — Publicado no DCN de 29.11.67.

Distribuição: Comissão de Segurança Nacional.

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1937.

Projeto de Lei nº 741-B-67 — (na Câmara) — Prorroga o prazo de vigência da isenção tributária conce-

cedida à Companhia Hidrelétrica de São Francisco.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 710-67).

Lido em 29.11.67 — Publicado no DCN de 30.11.67.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 144, de 1937.

Projeto de Lei nº 743-C-67 — (na Câmara) — Regulamenta o "trabalho de base".

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 721-67).

Lido em 29.11.67 — Publicado no DCN de 30.11.67.

Distribuição: Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 1968.

Projeto de Lei nº 3.5-E-67 — (na Câmara) — Cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, 3 (três) Juntas de Conciliação e Julgamento com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autor: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Mensagem número 4-65).

Lido em 17.1.68 — Publicado no DCN de 18.1.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 1938 — Projeto de Lei nº 775-B-67 — (na Câmara) — Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCr\$ 2.630.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), destinado a despesas de custeio com a instalação e manutenção das Delegações Regionais do Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL), no exercício de 1967.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 751-67).

Lido em 23.1.68 — Publicado no DCN de 24.1.68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1968 — Projeto de Lei nº 83-B-68 — (na Câmara) — Amplia a destinação de recursos do "Fundo de Assistência ao Desempregado", instituído pelo Decreto nº 58.155, de 5 de abril de 1966.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 44-68).

Lido em 21.2.68 — Publicado no DCN de 22.2.68.

Distribuição: Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

b) A PROMULGAÇÃO

Projeto de Resolução nº 105, de 1967 — Altera o artigo 245 da Resolução nº 6, de 1960, acrescentando-lhe o item IV.

Autor: Comissão Diretora

Lido em 30.11.67 — Publicado no DCN de 1.12.67.

Distribuição: Comissão Diretora

Projeto de Resolução nº 1, de 1968 — Concede aposentadoria a Laura Bandeira Accioli, Tequilgrafa-Revisora, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora

Lido em 17.1.68 — Publicado no DCN de 18.1.68.

Distribuição: Comissão Diretora

Projeto de Resolução nº 2, de 1968 — Estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei nº 5.263, de 1.12.67 as majorações ali previstas e dá outras providências.

Autor: Comissão Diretora

Lido em 18.1.68 — Publicado no DCN de 19.1.68.

Distribuição: Comissão de Finanças.

Projeto de Resolução nº 3, de 1968 — Aposenta, por invalidez, Belmiro Fernandes, Marceneiro, símbolo PL 11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora

Lido em 22.1.68 — Publicado no DCN de 23.1.68.

Distribuição: Comissão Diretora

Projeto de Resolução nº 4, de 1968 — Autoriza a Prefeitura Municipal da Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, a contrair empréstimo externo no montante de DM 115.541, para aquisição de equipamentos hospitalares da CHM Richter GmbH-Kambary (Alemanha Ocidental).

Autor: Comissão de Finanças

Lido em 24.1.68 — Publicado no DCN de 25.1.68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução nº 5, de 1968 — Autoriza a Prefeitura Municipal da Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul, a contrair empréstimo externo no montante de DM 115.541, para aquisição de equipamentos hospitalares da CHM Richter GmbH-Kambary (Alemanha Ocidental).

Autor: Comissão de Finanças

Lido em 24.1.68 — Publicado no DCN de 25.1.68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução nº 6, de 1968 — Prorroga, por um ano, a licença concedida a Sebastião Ruy Rolfo Maciel, Oficial Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora

Lido em 1.2.63 — Publicado no DCN de 2.2.63.

Distribuição: Comissão Diretora

Projeto de Resolução nº 7, de 1963 — Prorroga, por um ano, a licença concedida a Moema Fernandes Távora, Oficial Legislativo, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora

Lido em 1.2.63 — Publicado no DCN de 2.2.63.

Distribuição: Comissão Diretora

Projeto de Resolução nº 91, de 1963 — Suspende a execução do parágrafo 3º do artigo 8º, da Lei nº 2.031, de 27.12.52, do Estado de São Paulo.

Autor: Comissão de Constituição e Justiça.

Lido em 25.1.68 — Publicado no DCN de 26.1.68.

Projeto de Resolução nº 10, de 1968 — Toma sem efeito a nomeação de Maria Lúcia de Moraes e Silva Rodrigues, candidata habilitada em concurso público, para o cargo de Auxiliar Legislativo.

Autor: Comissão Diretora

Lido em 7.2.68 — Publicado no DCN de 8.2.68.

Distribuição: Comissão Diretora

Projeto de Resolução nº 11, de 1968 — Dispõe sobre as reuniões preparatórias da sessão legislativa ordinária do corrente ano.

Autor: Senador Filinto Müller

Lido em 6.2.68 — Publicado no DCN de 7.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e Diretora.

Projeto de Resolução nº 12, de 1968 — Altera o Regimento Interno do Senado Federal.

Autor: Senador Filinto Müller

Lido em 6.2.68 — Publicado no DCN de 7.2.68.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e Diretora.

Projeto de Resolução nº 13, de 1969 — Dispõe sobre a administração do Serviço Gráfico do Senado Federal.

Autor: Comissão Diretora

Lido em 7.2.63 — Publicado no DCN de 8.2.63.

Distribuição: Comissão Diretora

Projeto de Resolução nº 14, de 1968 — Autoriza o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, Caio César de Menezes Pinheiro, a integrar, como Delegado-Suplente, a Delegação do Brasil à II Conferência Internacional do Comércio e Desenvolvimento.

Autor: Comissão Diretora

Lido em 7.2.68 — Publicado no DCN de 8.2.68.

Distribuição: Comissão Diretora

Projeto de Resolução nº 15, de 1968 — Nomeia, para cargos vagos de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso público.

Autor: Comissão Diretora

Lido em 7.2.68 — Publicado no DCN de 8.2.68.

Distribuição: Comissão Diretora

Projeto de Resolução nº 16, de 1968 — Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a contrair empréstimo externo.

Autor: Comissão de Finanças

Lido em 9.2.68 — Publicado no DCN de 10.2.68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução nº 18, de 1968 — Autoriza o Governo do Estado do Paraná a adquirir, mediante financiamento, equipamentos hospitalares da firma N. V. Philips Gloelampfabriek, de Eindhoven, Holanda.

Autor: Comissão de Finanças

Lido em 21.2.63 — Publicado no DCN de 22.2.68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1957 — Projeto de Decreto Legislativo nº 27-A-67 — (na Câmara) — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União para o fim de tornar definitivo, o ato praticado em 5 de julho de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 33.027,32 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos), para pagamento à Valmet do Brasil S.A. — Indústria e Comércio de Tratores.

Autor: Lido em 6.10.68 — Publicado no DCN de 7.10.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1967 — Projeto de Decreto Legislativo nº 50-A-67 — (na Câmara) — Aprova o Decreto-lei nº 334, de 12.10.67 que dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei nº 4.425, de 8.10.64, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 701-67).

Lido em 13.11.67 — Publicado no DCN de 14.11.67.

Distribuição: Comissões de Minas e Energia e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1967. — Projeto de Decreto Legislativo nº 23-B-67 — (na Câmara) — Apova o Potocolo de Reforma da Cata da Organização dos Estados Americanos, denominado "Potocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27.2.67.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 466-67).

Lido em 24.11.67 — Publicado no DCN de 25.11.67.

Distribuição: Comissões de Economia e de Relações Exteriores.

Projeto de Resolução nº 16, de 1968 — Autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a contrair empréstimo externo.

Autor: Comissão de Finanças

Lido em 9.2.68 — Publicado no DCN de 10.2.68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução nº 18, de 1968 — Autoriza o Governo do Estado do Paraná a adquirir, mediante financiamento, equipamentos hospitalares da firma N. V. Philips Gloelampfabriek, de Eindhoven, Holanda.

Autor: Comissão de Finanças

Lido em 21.2.63 — Publicado no DCN de 22.2.68.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 1957 — Projeto de Decreto Legislativo nº 27-A-67 — (na Câmara) — Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União para o fim de tornar definitivo, o ato praticado em 5 de julho de 1966, relativamente à despesa de NCr\$ 33.027,32 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos), para pagamento à Valmet do Brasil S.A. — Indústria e Comércio de Tratores.

Autor: Lido em 6.10.68 — Publicado no DCN de 7.10.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1967 — Projeto de Decreto Legislativo nº 50-A-67 — (na Câmara) — Aprova o Decreto-lei nº 334, de 12.10.67 que dispõe sobre o imposto único sobre minerais do País, alterando, em parte, a Lei nº 4.425, de 8.10.64, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 701-67).

Lido em 13.11.67 — Publicado no DCN de 14.11.67.

Distribuição: Comissões de Minas e Energia e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1967. — Projeto de Decreto Legislativo nº 23-B-67 — (na Câmara) — Apova o Potocolo de Reforma da Cata da Organização dos Estados Americanos, denominado "Potocolo de Buenos Aires", assinado em Buenos Aires, em 27.2.67.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 466-67).

Lido em 24.11.67 — Publicado no DCN de 25.11.67.

Distribuição: Comissões de Economia e de Relações Exteriores.

Projeto de Decreto Legislativo nº 63, de 1967. — Projeto de Decreto Legislativo nº 51-67 — (na Câmara) — Aprova o Decreto-lei nº 336, de 24 de outubro de 1967, que altera os princípios de distribuição do imposto único sobre energia elétrica e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 733-67).

Lido em 28.11.67 — Publicado no DCN de 29.11.67.

Distribuição: Comissões de Minas e Energia e de Finanças.

Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1968 — Projeto de Decreto Legislativo nº 35-B-67 — (na Câmara) — Aprova o Acordo de Cooperação Técnica e Científica, assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 555-67).

Lido em 24.1.68 — Publicado no DCN de 25.1.68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1968 — Projeto de Decreto Legislativo nº 21-A-67 — (na Câmara) — Dá provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada despesa em favor da firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 555-67).

Lido em 24.1.68 — Publicado no DCN de 25.1.68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1968 — Projeto de Decreto Legislativo nº 21-A-67 — (na Câmara) — Dá provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada despesa em favor da firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 555-67).

Lido em 24.1.68 — Publicado no DCN de 25.1.68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1968 — Projeto de Decreto Legislativo nº 21-A-67 — (na Câmara) — Dá provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada despesa em favor da firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 555-67).

Lido em 24.1.68 — Publicado no DCN de 25.1.68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1968 — Projeto de Decreto Legislativo nº 21-A-67 — (na Câmara) — Dá provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada despesa em favor da firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 555-67).

Lido em 24.1.68 — Publicado no DCN de 25.1.68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1968 — Projeto de Decreto Legislativo nº 21-A-67 — (na Câmara) — Dá provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada despesa em favor da firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 555-67).

Lido em 24.1.68 — Publicado no DCN de 25.1.68.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.

Projeto de Decreto Legislativo nº 3, de 1968 — Projeto de Decreto Legislativo nº 21-A-67 — (na Câmara) — Dá provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser sustada despesa em favor da firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 555-67).

Autor: Lido em 1.2.63 — Publicado no DCN de 2.2.63.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social e de Finanças.

c) A CÂMARA DOS DEPUTADOS: Projeto de Lei do Senado nº 84, de 1966 — Dispõe sobre a fixação do limite no calçado do fôlego das nações e de outras providências.

Autor: Senador Arthur Virgílio. Lido em 1.10.63 — Publicado no DCN de 5.10.63.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Indústria e Comércio e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1967 — Dispõe sobre as escolas de serviços os estudantes em serviço militar a os que tenham prestado militar nos dias de prova ou de exame.

Autor: Senador Arthur Virgílio. Lido em 13.4.67 — Publicado no DCN de 14.4.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Nacional e de Educação e Cultura.

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1967 — Autoriza a Comissão Executiva do Sal a realizar convênios de financiamento de obras para proteção da indústria salinera.

Autor: Senador Duarte Filho. Lido em 1.6.67 — Publicado no DCN de 2.6.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Indústria e Comércio e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1967 — Declara de utilidade pública a Sociedade Brasileira de Belas Letras e Ciências.

Autor: Senador Gilberto Marinho. Lido em 11.9.67 — Publicado no DCN de 12.9.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1967 — Dispõe sobre a aposentadoria por implacimento do tempo de contribuição do desemprego.

Autor: Senador Caltete Pinheiro. Lido em 29.9.67 — Publicado no DCN de 30.9.67.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1967 — Reforma, sem ônus, a Lei número 5.129, de 8 de dezembro de 1936, que extingue a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1967.

Autor: Senador Lino de Mattos. Lido em 9.11.67 — Publicado no DCN de 10.11.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado nº 72, de 1967 — Renova, por cinco anos, o prazo legal para criação, pelos Estados, dos direitos autorais das obras do Maestro Antonio Carlos Gomes.

Autor: Senador Auro de Moura Andrade. Lido em 13.11.67 — Publicado no DCN de 17.11.67.

Distribuição: Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1967 — Institui reajustamento de emergência, mantendo a mesma taxa de redução salarial vigente.

Autor: Senador Carvalho Pinto. Lido em 27.11.67 — Publicado no DCN de 28.11.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Legislação Social.

Projeto de Lei da Câmara nº 202, de 1963 — Projeto de Lei nº 3.660-E de 1962 — (na Câmara). — Dispõe sobre construções nas proximidades das Fortificações Costeiras do Exército.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 47-61). Lido em 20.12.68 — Publicado no DCN de 21.12.68.

Distribuição: Comissão de Segurança Nacional.

Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 1937 — Projeto de Lei nº 113-C de 1933 — (na Câmara). — Autoriza o Poder Executivo a estabelecer o Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — o critério especial de RGO 10.630.00 (dez mil cruzeiros novos), para cobrir as despesas com um cargo de Grupos criados para Lei nº 4.638, de 12 de julho de 1931 e de outras providências.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 16-63). Lido em 6.10.67 — Publicado no DCN de 7.10.67.

Distribuição: Comissões de Serviço Público Civil, de Legislação Social e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1937 — Projeto de Lei nº 618-B — (na Câmara). — Dispõe sobre as "condições de carga" e altera o artigo 9º do Decreto-lei nº 63, de 26.12.63, que dispõe sobre a cobrança de taxas portuárias.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 618-67). Lido em 12.11.67 — Publicado no DCN de 14.11.67.

Distribuição: Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1933 — Projeto de Lei nº 714-B-67 — (na Câmara). — Modifica a redação do artigo 11 da Lei nº 633, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 720-67). Lido em 17.11.68 — Publicado no DCN de 18.11.68.

Distribuição: Comissão de Projetos do Executivo.

Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 1933 — Projeto de Lei nº 803-B-67 — (na Câmara). — Provê sobre a alfabetização de adultos em idade militar.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 761-67). Lido em 1.2.68 — Publicado no DCN de 2.2.68.

Distribuição: Comissões de Projetos do Executivo.

d) A COMISSÃO DE REDAÇÃO: Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1966 — Projeto de Lei nº 2.512-E-53 — (na Câmara). — Disciplina a cobrança de atividades escolares e de outras providências.

Autor: Lido em 13.2.63 — Publicado no DCN de 19.2.63.

Distribuição: Comissão de Educação e Cultura.

PROPOSIÇÃO REJEITADA: Projeto de Lei do Senado nº 43, de 1963 — Dispõe sobre as normas de Previdência Social para os trabalhadores, cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Agrários e de outras providências.

Autor: Nelson Mouton. Lido em 12.6.63 — Publicado no DCN de 13.6.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Saúde e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado nº 83, de 1937 — Dispõe sobre incentivos fiscais.

Autor: Senador Desiderio Gravenini. Lido em 12.6.67 — Publicado no DCN de 13.6.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1937 — Inclui mais um parágrafo no artigo 23 da Lei nº 3.677, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social).

Autor: Senador Vazcencellos Torres. Lido em 27.11.67 — Publicado no DCN de 28.11.67.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1933 — Projeto de Lei nº 153-B-67 — (na Câmara). — Cria o Instituto de Aplicações e Pensões dos Agrários (IAPA).

Autor: Deputado Plínio Leães. Lido em 1.4.63 — Publicado no DCN de 2.4.63.

Distribuição: Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 1933 — Projeto de Lei nº 1.217-B de 1933 — (na Câmara). — Altera a Lei nº 3.371, de 14 de julho de 1914, que reorganizou o Ministério das Relações Exteriores.

Autor: Poder Executivo (Mensagem nº 306-63). Lido em 20.11.63 — Publicado no DCN de 21.11.63.

Distribuição: Comissões de Relações Exteriores, de Serviço Público Civil e de Finanças.

Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 1933 — Projeto de Lei nº 3.653-A de 1933 — (na Câmara). — Determina que os novos prazos de salarização não acarretem reajuste dos prazeres, na locação de prédios residenciais.

Autor: Deputado Paulo Macarini. Lido em 19.8.63 — Publicado no DCN de 11.8.63.

Distribuição: Comissão de Legislação Social.

Projeto de Lei da Câmara nº 287, de 1933 — Projeto de Lei nº 3.660-B de 1933 — (na Câmara). — Isenta os agentes de inspeção e de controle materiais destinados a fabricação de café solúvel, a serem importados pela firma "Café Solúvel Vigor Limitada".

Autor: Lido em 20.12.63 — Publicado no DCN de 21.12.63.

Distribuição: Comissões de Indústria e Comércio, de Economia e de Finanças.

REQUERIMENTO

a) DETERMINADO:

Nº 2, de 1933 — Do Sr. Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral informações sobre o planejamento global do desenvolvimento brasileiro, o Ministério criou a construção de um "Grande Lago", na América.

Nº 3, de 1963 — Do Sr. Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministério do Interior informações sobre o total de recursos liberados pelo Governo e destinados à EUDAL, especificando o pessoal de cada um e a destinação.

Nº 4, de 1933 — Do Sr. Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministério da Indústria e Energia informações sobre as condições de instalação de usinas hidrelétricas em terras do Estado, ou autoridades do Ministério, tratando da construção de "Grande Lago" da Amazônia.

Nº 5, de 1933 — Do Sr. Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministério do Interior informações sobre o total de recursos liberados pelo Governo e destinados à EUDAL, especificando o pessoal de cada um e a destinação.

Nº 6, de 1933 — Do Sr. Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre quais as providências tomadas pelo Itamaraty, junto ao Governo dos Estados Unidos da América, tendo em vista declarações à imprensa, prestadas pelo Sr. Roberto Campos, representante do Brasil do Hércules Institute.

Nº 7, de 1933 — Do Sr. Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministério da Marinha, informações sobre se o Sr. Roberto Parera foi recebido, oficialmente, no Ministério.

Nº 8, de 1933 — Do Sr. Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministério do Exército informações sobre as providências determinadas pelo Ministério, a fim de apurar a responsabilidade da atuação do Sr. Roberto Campos.

Nº 9, de 1933 — Do Sr. Senador João Cleonias, solicitando ao Ministério da Agricultura informações sobre qual a quantidade de fôlego que foi importado pela GUTAD, COBOL ou qualquer outra entidade econômica nos anos de 1933, 1934 e início de 1937.

Nº 10, de 1933 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, informações sobre se o IAPB conhece o movimento existente em São Paulo, visando permitir que o seguro do IAPB cubra o médico ou o hospital de sua preferência.

Nº 11, de 1933 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério da Indústria e Comércio informações sobre se o Conselho a grave crise que afeta o setor da construção civil, provocada pela escassez de cimento.

Nº 12, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério da Educação e Cultura informações sobre motivos da não subordinação da Grãfia de Fomento do IERA, localizada em Magalhães, Estado do Rio, à Universidade Federal do Brasil.

Nº 13, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério dos Transportes — DNIT — informações sobre construção de estrada de acesso à BR-3, pela Rua Luciano Lima A. Prata (Linha) Gonçalves, em Colômbia da Roca, São João de Meriti, Estado do Rio.

Nº 14, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério dos Transportes — Conselho de Marinha Mercante — CCM — informações sobre a autoridade que determinou a liberação das lanchas varadas em plena viagem.

Nº 15, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro informações sobre transição de crédito que cancela empréstimos a funcionários.

Nº 16, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 17, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 18, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 19, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 20, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 21, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 22, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 23, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 24, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 25, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 26, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 27, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 28, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 8, de 1933 — Do Sr. Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministério do Exército informações sobre as providências determinadas pelo Ministério, a fim de apurar a responsabilidade da atuação do Sr. Roberto Campos.

Nº 9, de 1933 — Do Sr. Senador João Cleonias, solicitando ao Ministério da Agricultura informações sobre qual a quantidade de fôlego que foi importado pela GUTAD, COBOL ou qualquer outra entidade econômica nos anos de 1933, 1934 e início de 1937.

Nº 10, de 1933 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério do Trabalho e Previdência Social, informações sobre se o IAPB conhece o movimento existente em São Paulo, visando permitir que o seguro do IAPB cubra o médico ou o hospital de sua preferência.

Nº 11, de 1933 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério da Indústria e Comércio informações sobre se o Conselho a grave crise que afeta o setor da construção civil, provocada pela escassez de cimento.

Nº 12, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério da Educação e Cultura informações sobre motivos da não subordinação da Grãfia de Fomento do IERA, localizada em Magalhães, Estado do Rio, à Universidade Federal do Brasil.

Nº 13, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério dos Transportes — DNIT — informações sobre construção de estrada de acesso à BR-3, pela Rua Luciano Lima A. Prata (Linha) Gonçalves, em Colômbia da Roca, São João de Meriti, Estado do Rio.

Nº 14, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério dos Transportes — Conselho de Marinha Mercante — CCM — informações sobre a autoridade que determinou a liberação das lanchas varadas em plena viagem.

Nº 15, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro informações sobre transição de crédito que cancela empréstimos a funcionários.

Nº 16, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 17, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 18, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 19, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 20, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 21, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 22, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 23, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 24, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 25, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 26, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 27, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 28, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 29, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 30, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 31, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 32, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 33, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 34, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 35, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 36, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 37, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 38, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 39, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 40, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 41, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 42, de 1933 — Do Sr. Senador Vazcencellos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DIOB — informações sobre a construção de um novo edifício de Polícia de Polícia Federal, em Brasília, para a sede da Polícia Federal, no Estado do Rio.

Nº 25, de 1968 — Do Sr. Senador Paulo Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda — Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais — informações sobre se existem instruções atualizadas determinando o cumprimento da legislação constante da Lei 2.355, de 29.11.54 e 1.147, de 25.6.50, por parte das Caixas Econômicas Federais.

Nº 26, de 1968 — Do Sr. Senador José Ermirio de Moraes, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre qual o montante da arrecadação federal em todos os Estados da Federação, discriminadamente Estado por Estado, no exercício de 1967.

Nº 27, de 1968 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando ao Ministério do Trabalho e Previdência Social informações sobre se foram tomadas providências para a regulamentação do funcionamento da indústria têxtil de Barra do Piraí, Estado do Rio.

Nº 32, de 1968 — Do Sr. Senador Ney Braga, solicitando ao Ministério das Minas e Energia informações sobre se o MME, pelo seu Departamento competente, tomou alguma providência no sentido de solucionar o problema de energia elétrica na região de Ponta Grossa, Castro e Piraí, no Estado do Paraná, distribuída pela Companhia Prada de Energia Elétrica.

Nº 38, de 1968 — Do Sr. Senador José Ermirio, solicitando à Presidência da República — Comissão Nacional de Energia Nuclear — informações sobre contrato entre a CNEN e a Companhia Brasileira de Mineração (sucessora da Dema S. A.)

Nº 39, de 1968 — Do Sr. Senador Rui Palmeira, solicitando ao Ministério da Saúde, informações sobre pedidos de readaptação de funcionários do Departamento Nacional de Endemias Rurais, até 25 de fevereiro de 1967.

Nº 42, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, solicitando ao Ministério do Exército informações sobre razões pelas quais na Mensagem 3-68, prevendo a criação de duas novas Unidades Militares, nenhuma referência foi apresentada sobre o aumento dos quadros de 2º tenentes e sargentos.

Nº 43, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, solicitando ao Ministério do Exército informações sobre despesas previstas para atender à Mensagem do Executivo nº 3-68, que prevê o aumento de mais de quatrocentos postos nos quadros do oficialato do Exército.

Nº 44, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, solicitando ao Ministério do Exército informações sobre nomes e graduações de todos os oficiais da Ativa do Exército que atualmente exercem funções em cargos públicos civis federais, estaduais e municipais, autárquicos ou de sociedades estaduais ou mistas.

Nº 45, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, solicitando ao Ministério do Exército informações sobre nomes e graduações de todos os oficiais reformados que atualmente exercem funções em cargos públicos civis federais, estaduais e municipais, autárquicos e de sociedades estaduais ou mistas.

Nº 53, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre o estado precário dos prédios da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional e Alfândega, em Niterói, Estado do Rio.

Nº 54, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério dos Transportes — EFFESA — informações sobre cessão do prédio da antiga estação ferroviária para instalação da Estação Rodoviária, em Petrópolis, Estado do Rio.

Nº 55, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério dos Transportes — EFFESA —

— informações sobre venda, como sucata, das locomotivas imprestáveis que estão no pátio das antigas oficinas da E. F. Leopoldina, na zona central de Niterói, Estado do Rio.

Nº 56, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Saúde, informações sobre ocorrências de casos de tifo nas localidades de Tomazinho, Parque Araruama e Praça da Bandeira, em São João de Meriti, Estado do Rio.

Nº 57, de 1968 — Do Sr. Senador Júlio Leite, solicitando ao Ministério das Minas e Energia informações sobre extração de óleo pela Petrobras em Sergipe.

Nº 58, de 1968 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério das Comunicações informações sobre ampliação de uma Central de Telex, em São Paulo

Nº 59, de 1968 — Do Sr. Senador Adolpho Franco, solicitando ao Ministério da Indústria e Comércio informações sobre exportação de café, comissões pagas por exportações

Nº 60, de 1968 — Do Sr. Senador José Ermirio, solicitando ao Ministério das Minas e Energia informações sobre pesquisas de estanho e cassiterita em Rondônia.

Nº 61, de 1968 — Do Sr. Senador José Ermirio, solicitando ao Ministério da Agricultura — SUNAB — informações sobre o número de moinhos de trigo instalados no Brasil, Estado por Estado.

Nº 65, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre acordos assinados entre o Brasil e Portugal.

Nº 70, de 1968 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério das Comunicações informações sobre serviços telefônicos da cidade de Cachoeira Paulista, em São Paulo.

Nº 71, de 1968 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério da Aeronáutica, informações sobre providências para equipar os aeroportos brasileiros de aparelhamento necessário à proteção do voo.

Nº 72, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda — IBC — informações sobre contratos de erradicação de cafeeiros nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo.

Nº 73, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a PDF — NOVACAP — DTUI — informações sobre não instalação de novos telefones em Brasília, contrariando dispositivo do contrato assinado com a Siemens e Ericsson do Brasil.

Nº 74, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério dos Transportes — RFF S.A. — informações sobre paralisação das obras da Estação da E. F. Leopoldina, em Duque de Caxias, Estado do Rio.

Nº 75, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — informações sobre taxa de benefícios repentes aos processos de bonificação por tempo de contribuição, devida a associados que preenchem as condições previstas para aquela fim.

Nº 76, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério das Comunicações — CONTEL — Companhia Telefônica Brasileira — informações sobre demissão de telefonistas do Posto de Areal, município de Três Rios, Estado do Rio.

Nº 77, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério das Comunicações — CONTEL — informações sobre instalação de telefones públicos em Coelho da Rocha e Eden, município de São João de Meriti, Estado do Rio.

Nº 83, de 1968 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Minis-

tério do Planejamento e Coordenação Geral informações sobre cobrança feita pelo IBGE às Prefeituras Municipais para realização de censos.

Nº 84, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Educação e Cultura — Departamento do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional — informações sobre condições deploráveis da Casa de Santos Dumont, em Petrópolis, Estado do Rio.

Nº 85, de 1968 — Do Sr. Senador Josaphat Marinho, solicitando ao Ministério da Justiça informações sobre o do Inspeção Pompeu da Silva Oliveira, da Polícia Federal, que obteve o regular exercício da profissão de advogado habilitado, segundo denúncia e protesto da OAB, Seção da Guanabara.

Nº 86, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Banco Central da República do Brasil informações sobre lançamento de quotas de Fundos Mútuos de Investimentos ao portador.

Nº 87, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Educação e Cultura — Campanha Nacional da Alimentação Escolar — informações sobre fornecimento de material às escolas do município de Itacara, Estado do Rio.

Nº 88, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Saúde informações sobre surto de poliomielite no município de Nilópolis, Estado do Rio.

Nº 89, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério das Minas e Energia e ao da Saúde informações sobre extração ilegal de tabatinga pela Cerâmica Guaraçaba, em Coelho da Rocha — São João de Meriti, Estado do Rio.

Nº 100, de 1968 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando ao Ministério da Justiça informações sobre plano para instalação de uma Junta de Conciliação e Julgamento, da Justiça do Trabalho, em Três Rios, Estado do Rio.

Nº 113, de 1968 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério das Comunicações informações sobre se o CONTEL concede permissão a pessoas jurídicas de direito público, como o caso de Prefeitura Municipal, para manter estação rádio-emissora.

Nº 114, de 1968 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério da Agricultura informações sobre se possui o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — plano para a execução de programas de eletrificação rural.

Nº 115, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Instituto Brasileiro de Café informações sobre dragagem dos rios 1.º de Outubro e 2.º de Porto das Pedras, no município de São Gonçalo, Estado do Rio.

Nº 117, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Saúde — DNERA — informações sobre suspensão de atividades no município de Nilópolis, Estado do Rio.

Nº 118, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério das Comunicações — CONTEL — informações sobre instalação da Rede Interamericana de Telecomunicações financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Nº 119, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Educação e Cultura e ao da Saúde informações sobre verbas para Caixa dos Pobres, mantenedora do Hospital de Natividade de Carangola, Estado do Rio.

Nº 120, de 1968 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério da Agricultura informações sobre se possui o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário — INDA —

plano para a execução de programas de eletrificação rural.

Nº 132, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério das Comunicações — Companhia Telefônica Brasileira — informações sobre instalação de novos telefones do município de São Gonçalo, Estado do Rio.

Nº 133, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre restituição de Empréstimo Compulsório.

Nº 134, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério da Indústria e do Comércio informações sobre volume de produção brasileira de cimento e de sua importação em 1967.

Nº 135, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério do Trabalho e Previdência Social — INPS — informações sobre o não comparecimento ao local trabalho do agente do INPS, no município de Volta Redonda, Estado do Rio.

Nº 136, de 1968 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando ao Ministério do Trabalho e Previdência Social informações sobre qual o motivo não haver sido, ainda baixado decreto regulamentando a Lei 4.739, de 1965, sobre a profissão de estatístico.

Nº 137, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DNOS — informações sobre pragagem do Canal do Rio, em Niterói, Estado do Rio.

Nº 138, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DNOS — informações sobre dragagem do Porto Niterói, Estado do Rio.

Nº 139, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério do Interior — DNOS — informações sobre dragagem, irrigação e defesa contra inundações da Baixada das Góitacizes, no município de Carapicuíba, Estado do Rio.

Nº 140, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério dos Transportes — RFF S.A. — informações sobre situação afilidade dos funcionários, na enquadramento, na Estação de Ferro Leopoldina.

Nº 141, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Ministério das Minas e Energia — PIRUBRAS — informações sobre planos e programas de produção, consumo e importação de gás liquefeito de petróleo.

Nº 142, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, solicitando ao Ministério do Exército informações sobre questionário distribuído pelo Comandante do Forte São João, na Guanabara.

Nº 143, de 1967 — Do Sr. Senador Aurelio Vianna, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do artigo publicado em "Última Hora" edição de 26-10-57, sob o título "Carta aos moços de minha terra", de autoria do Padre J. J. Camarã.

Nº 996, de 1967 — Do Sr. Senador Josaphat Marinho, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre preço mínimo estabelecido para cacau em recente reunião dos países produtores e consumidores.

Nº 997, de 1967 — Do Sr. Senador Adolpho Franco, solicitando ao Ministério da Fazenda — Banco Central — informações sobre o montante da receita do Fundo de Estímulo Financeiro ao Produtor Rural — Furfertil.

Nº 1.077, de 1967 — Do Sr. Senador Lino de Mattos, solicitando informações ao Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil sobre financiamentos feitos, pelo Banc-

Regional de Brasília S.A., pertencente ao conjunto administrativo da Prefeitura do Distrito Federal, a os hortigranjeiros, lavradores e pecuaristas do Distrito Federal.

Nº 1.122, de 1967 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do discurso inaugural, como Presidente do Instituto de Droit International da 53ª Sessão, em Nice, em 7.9.67, proferido pelo Prof. Haroldo Valhãdo e publicado no "Jornal do Brasil" de 26.11.67.

Nº 1.123, de 1967 — Do Sr. Senador Paulo Torres, solicitando transcrição, nos Anais do Senado Federal, da Ordem do Dia, baixada em 27.11.67, pelo Sr. Ministro do Exército, sobre os lutosos acontecimentos de 27 de novembro de 1935.

Nº 1.124, de 1967 — Do Sr. Senador Eurico Rezende, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do discurso pronunciado pelo Sr. Senador Ney Braga, no Cemitério São João Batista, na Guanabara, em nome da ARENA, homenageando a memória das vítimas da intenção comunista de 1935.

Nº 1.125, de 1967 — Do Sr. Senador Eurico Rezende, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo General Orlando Giesel, no dia 27.11.67, no Cemitério São João Batista, na Guanabara, em nome do Governo Federal, homenageando a memória das vítimas da intenção comunista de 1935.

Nº 1.151, de 1967 — Do Sr. Senador José Ermirio de Moraes, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre o saldo brasileiro de reservas-curo no Exterior.

Nº 1, de 1968 — Do Sr. Senador Júlio Leite, solicitando transcrição em Ata do Senado, de um voto de pesar pelo falecimento do escritor Amando Fontes, e que seja feita comunicação à família e ao Governo do Estado de Sergipe.

Nº 18, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do artigo de autoria do jornalista Paulo Francis, publicado no "Correio da Manhã", de 11.1.68, sob o título de "Por 52%".

Nº 20, de 1968 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando urgência, nos termos do art. 325 do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 135-67.

Nº 21, de 1968 — Do Sr. Senador Aurelio Vianna, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 190-65.

Nº 29, de 1968 — Do Sr. Senador Edmundo Levi, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 1-63.

Nº 30, de 1968 — Do Sr. Senador Fenedito Valadares e outros Srs. Senadores, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Chanceler Raul Fernandes a ... 5.1.68, e que se a dado conhecimento à família, ao MRE e ao Governo do Estado do Rio.

Nº 31, de 1968 — Do Sr. Senador Guido Mondin, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 2-68.

Nº 33, de 1968 — Do Sr. Senador Edmundo Levi, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo número 57-67.

Nº 34, de 1968 — Do Sr. Senador Edmundo Levi, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 60-67.

Nº 25, de 1968 — Do Sr. Senador José Ermirio, solicitando inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido em 29.1.68, do Chanceler José Carlos de Macedo Soares.

Nº 36, de 1968 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando votação

nominal para o Projeto de Lei da Câmara nº 190-66.

Nº 37, de 1968 — Do Sr. Senador Aarão Steinbruch, solicitando alteração da Ordem do Dia de 30.1.68, para que a matéria do item 1 seja submetida ao Plenário em último lugar.

Nº 40, de 1968 — Do Sr. Senador Nogueira da Gama, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, a fim de que o Projeto de Lei da Câmara nº 1-68 figure na Ordem do Dia de 1.2.68.

Nº 41, de 1968 — Do Sr. Senador Manoel Vilça, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, a fim de que o Projeto de Lei da Câmara nº 5-68 figure na Ordem do Dia de 1.2.68.

Nº 46, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, solicitando o comparecimento do Sr. Ministro do Exército, a fim de prestar informações sobre a Mensagem nº 3-68 do Poder Executivo, que preconiza a criação de novas Unidades do Exército.

Nº 47, de 1968 — Do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 1-68.

Nº 48, de 1968 — Do Sr. Senador Manoel Vilça, solicitando seja submetido a votos o Projeto de Lei do Senado nº 34-65.

Nº 49, de 1968 — Do Sr. Senador Duarte Filho, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 32-67.

Nº 50, de 1968 — Do Sr. Senador Atilio Fontana, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 5-63.

Nº 51, de 1968 — Do Sr. Senador Atilio Fontana, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 8-63.

Nº 52, de 1968 — Do Sr. Senador Atilio Fontana, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 7-68.

Nº 62, de 1968 — Do Sr. Senador Arnon de Mello para que, ouvido o Plenário, conforme o artigo 40 da Constituição Federal, seja solicitada a presença do Exmo. Senhor Ministro da Educação e Cultura, a fim de que Sua Excelência preste informações acerca dos planos do seu Ministério para o corrente ano.

Nº 64, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, solicitando aos Governadores Estaduais informações sobre empréstimos, operações ou acordos externos, realizados pelos mesmos.

Nº 66, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, solicitando informações ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, sobre se houve alguma consulta do Governo dos Estados Unidos ao Governo do Brasil, no sentido de serem enviadas tropas brasileiras para participar do conflito no sudeste Asiático.

Nº 67, de 1968 — Do Sr. Senador Carlos Lindemberg, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 63-67.

Nº 68, de 1968 — Do Sr. Senador Carlos Lindemberg, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 4 de 1968.

Nº 69, de 1968 — Do Sr. Senador Guido Mondin, solicitando votação em globo do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 29-67.

Nº 78, de 1968 — Do Sr. Senador Duarte Filho, solicitando autorização para participar da Delegação do Brasil à V Reunião do Conselho Interamericano da Cultura a realizar-se na Venezuela.

Nº 79, de 1968 — Do Sr. Senador Duarte Filho, solicitando dis-

pensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 1967.

Nº 90, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 13-68.

Nº 91, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 60 de 1967.

Nº 92, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 16 de 1968.

Nº 93, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 11-68.

Nº 94, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando urgência para o Projeto de Resolução nº 12-68.

Nº 95, de 1968 — Do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 14 de 1968.

Nº 96, de 1968 — Do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Resolução nº 15 de 1968.

Nº 99, de 1968 — Do Sr. Senador Atilio Fontana, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 5 de 1968.

Nº 101, de 1968 — Do Sr. Senador Teotônio Vilella, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 32 de 1967.

Nº 102, de 1968 — Do Sr. Senador Teotônio Vilella, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, do Projeto de Lei do Senado nº 72-67.

Nº 103, de 1968 — Do Sr. Senador Eurico Rezende, solicitando adiamento da discussão do Requerimento nº 80-68.

Nº 104, de 1968 — Do Sr. Senador Teotônio Vilella, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 1-68.

Nº 105, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando modificação da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 6 (Projeto de Lei do Senado nº 80 de 1967) seja votado em 1º lugar.

Nº 106, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando preferência para que o Projeto de Lei do Senado nº 80 de 1967, sejam submetido a Plenário antes do Substitutivo.

Nº 107, de 1968 — Do Sr. Senador Eurico Rezende, solicitando seja o Requerimento nº 80 de 1968 submetido à apreciação da Comissão de Agricultura.

Nº 108, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos do Projeto de Lei do Senado nº 80 de 1967, a fim de que figure na sessão de 20 de março de 1968.

Nº 109, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 6-68.

Nº 110, de 1968 — Do Sr. Senador Guido Mondin, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final

do Projeto de Lei do Senado nº 80 de 1967.

Nº 111, de 1968 — Do Sr. Senador Guido Mondin, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos para o Projeto de Lei da Câmara nº 2 de 1968 a fim de que conste da sessão seguinte (d 21-2-68).

Nº 121, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 82-67.

Nº 122, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando urgência para o Ofício S-2-68.

Nº 123, de 1968 — Do Sr. Senador Teotônio Vilella, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 111-67.

Nº 124, de 1968 — Do Sr. Senador José Leite, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 3 de 1968.

Nº 125, de 1968 — Do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, solicitando dispensa de interstício e prévia distribuição de avulsos, a fim de que conste da Ordem do Dia da sessão seguinte, do Projeto de Lei da Câmara nº 140-67.

Nº 126, de 1968 — Do Sr. Senador José Ermirio, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 193 de 1966, a fim de ser enviada a Comissão de Legislação Social.

Nº 127, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 10 de 1967 a fim de ser enviada a Comissão de Segurancas Nacional.

Nº 128, de 1968 — Do Sr. Senador Filinto Muller, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 18-69.

Nº 129, de 1968 — Do Sr. Senador Teotônio Vilella, solicitando dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 2-68.

Nº 130, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 140-67.

Nº 131, de 1968 — Do Sr. Senador Aloysio de Carvalho, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 166-67.

c) REJEITADO:

Nº 82, de 1968 — Do Sr. Senador Mário Martins, solicitando adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 13-68.

d) EM TRAMITAÇÃO:

Nº 1.000, de 1967 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando ao Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior — informações sobre restabelecimento de cotas de exportação de algodão.

Nº 19, de 1968 — Do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do editorial de "O Globo", de 26 de dezembro de 1967, sob o título "A Infância do Brasil Face aos Acordos com Portugal", de autoria do Jornalista Garrido Torres.

Nº 28, de 1968 — Do Sr. Senador Carlos Lindemberg, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do artigo "Manifesto ao País", publicado em "O Globo", de 1º de novembro de 1967, de autoria da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade.

Nº 63, de 1968 — Do Sr. Senador Cattete Pinheiro, solicitando transcrição, nos Anais do Senado Federal, da oração proferida pelo Doutor

Sebastião Dante de Camargo Júnior, ao tomar posse na Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO).

Nº 80, de 1968 — Do Senhor Senador Vasconcelos Tórrres, solicitando seja convocado o Senhor Ministro da Agricultura, a fim de prestar esclarecimentos ao Senado sobre importação de leite em pó.

Nº 81, de 1968 — Do Senhor Senador Benedito Valadares, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Vereador Geraldo Martins de Barros, na Câmara Municipal de Corumbá — MT —, sobre assunto por ele (Senador) tratado no Senado Federal.

Nº 97, de 1968 — Do Senhor Senador Aarão Steinbruch, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, da oração proferida no STF, pelo Ministro Aliomar Baleeiro, ao ensejo da aposentadoria do Ministro José Eduardo do Prado Kelly.

Nº 98, de 1968 — Do Senhor Senador Mário Martins, solicitando a Presidência da República informações sobre se o Japão ou os Estados Unidos apresentaram consulta às autoridades brasileiras sobre a possibilidade de o Brasil receber contingentes imigratórios, para a Amazônia ou outras regiões do País, de japoneses descendentes de norte-americanos.

Nº 112, de 1968 — Do Senhor Senador José Ermirio, solicitando ao Ministério da Fazenda — Banco do Brasil — Carteira de Comércio Exterior (CACEX) — informações sobre exportações de algodão.

Nº 143, de 1968 — Do Senhor Senador José Ermirio, solicitando ao Ministério da Fazenda informações sobre firmas que já se beneficiaram das disposições contidas no Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos.

Nº 144, de 1968 — Do Senhor Senador Cattete Pinheiro, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, das homenagens prestadas à memória do Dr. Isaac Brown, por ocasião da inauguração de seu retrato na sala da Secretaria-Geral da Presidência do Senado Federal.

REQUERIMENTOS RESPONDIDOS a) MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO:

Nº 11, de 1968 — Do Senhor Senador Lino de Mattos.

b) MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Nº 16, de 1968 — Do Senhor Senador Vasconcelos Tórrres.

Nº 3, de 1968 — Do Senhor Senador Arthur Virgílio.

Nº 5, de 1968 — Do Senhor Senador Arthur Virgílio.

c) MINISTÉRIO DA MARINHA:

Nº 7, de 1968 — Do Senhor Senador Arthur Virgílio.

d) MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA:

Nº 4, de 1968 — Do Senhor Senador Arthur Virgílio.

LEI

Nº 5.380, de 29 de janeiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 1º de fevereiro de 1968 — "Autoriza o aumento de capital da Usina Termelétrica de Figueira S. A. — UTELFA".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 681-67.

Referência: Projeto de Lei da Câmara nº 134-67 (no Senado) Projeto de Lei nº 691-B-67 (na Câmara).

Nº 5.381, de 9 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 14 de fevereiro de 1968 — "Acréscimo de parágrafos ao artigo 86 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943".

Autor: José Ermirio de Moraes.

Referência: Projeto de Lei do Senado nº 18-64.

Nº 5.382, de 9 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 14 de fevereiro de 1968 — "Prorroga o prazo de vigência da isenção tributária concedida à Companhia Hidro Elétrica de São Francisco".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 714-67.

Referência: Projeto de Lei da Câmara nº 145-67 (no Senado) Projeto de Lei nº 741-B-67 (na Câmara).

Nº 5.383, de 12 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 14 de fevereiro de 1968 — "Concede reforma a militares asilados e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 650-67.

Referência: Projeto de Lei da Câmara nº 129-67 (no Senado) Projeto de Lei nº 693-B-67 (na Câmara).

Nº 5.384, de 14 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 19 de fevereiro de 1968 — "Concede estímulos à indústria de artefatos têxteis e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 676-67.

Referência: Projeto de Lei da Câmara nº 133-67 (no Senado) Projeto de Lei nº 668-B-67 (na Câmara).

Nº 5.385, de 16 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 20 de fevereiro de 1968 — "Regulamenta o 'Trabalho de bloco'".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 721-67.

Referência: Projeto de Lei da Câmara nº 144-67 (no Senado) Projeto de Lei nº 743-67 (na Câmara).

Nº 5.386, de 21 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 22 de fevereiro de 1968 — "Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Comunicações, o crédito especial de NCR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros novos), para o fim que especifica".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 741-67.

Referência: Projeto de Lei da Câmara nº 5 de 1968 (no Senado) Projeto de Lei nº 775-B de 1967 (na Câmara).

Nº 5.387, de 21 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 22 de fevereiro de 1968 — "Altera o artigo 1º da Lei nº 3.378, de 2 de abril de 1958, que elebra para Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) a ajuda financeira concedida às Missões Salesianas do Amazonas — Prelazia de Rio Negro, e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 703-67.

Referência: Projeto de Lei da Câmara nº 137-67 (no Senado) Projeto de Lei nº 707-B-67 (na Câmara).

Nº 5.388, de 21 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 22 de fevereiro de 1968 — "Provê sobre a isenção do pagamento das taxas de Melhoramentos dos Portos e Renovação da Marinha Mercante, dos equipamentos importados pelo Ministério da Educação e Cultura, nas condições que especifica".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 718-67.

Referência: Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 15-67.

Nº 5.389, de 22 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 23 de fevereiro de 1968 — "Dispõe sobre a Bandeira, as Armas e o Selo Nacionais".

Autor: Senador Vasconcelos Tórrres. Referência: Projeto de Lei do Senado nº 29-67.

Nº 5.390, de 23 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 26 de fevereiro de 1968 — "Dispõe sobre inscrição, como Solicitador Acadêmico na Ordem dos Advogados do Brasil e dispensa de estágio profissional e Exame de Ordem".

Autor: Deputado José Bonifácio.

Referência: Projeto de Lei da Câmara nº 107-67 (no Senado) Projeto de Lei nº 202-D-67 (na Câmara).

Nº 5.391, de 23 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 28 de fevereiro de 1968 — "Atribui recursos para melhoria das condições de segurança do sistema rodoviário".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 14-68.

Referência: Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 1-68.

Nº 5.392, de 23 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 28 de fevereiro de 1968 — "Amplia a destinação de recursos do 'Fundo de Assistência ao Desempregado', instituído pelo Decreto número 53.155, de 5 de abril de 1966".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 44-68.

Referência: Projeto de Lei da Câmara nº 16 de 1968 (no Senado) — Projeto de Lei nº 986-B-68.

Nº 5.393, de 23 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 28 de fevereiro de 1968 — "Altera a Lei nº 4.448, de 29 de outubro de 1964 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército)".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 41-68.

Referência: Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 5-68.

Nº 5.394, de 23 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 28 de fevereiro de 1968 — "Fixa os efetivos dos Quadros de Oficiais Gerais Combatentes e de Oficiais do Quadro das Armas e Material Bélico do Exército".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 39-68.

Referência: Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3-68.

Nº 5.395, de 23 de fevereiro de 1968 — Publicação: *Diário Oficial* de 28 de fevereiro de 1968 — "Dispõe sobre os 'cofres de carga' e altera o artigo 9º do Decreto-Lei número 83, de 26 de dezembro de 1966, que dispõe sobre a cobrança de taxas portuárias".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 648-67.

Referência: Projeto de Lei da Câmara nº 127 de 1967 — Projeto de Lei nº 648-B-67.

DECRETO LEGISLATIVO

Nº 1, de 1968 — Publicação: D.C.N. 30 de janeiro de 1968 — *Diário Oficial* de 31 de janeiro de 1968 — "Aprova o texto do Decreto-Lei nº 334, de 12 de outubro de 1967".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 701-67.

Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº 57-67 (no Senado) — Projeto de Decreto Legislativo nº 50-A de 1967 (na Câmara).

Nº 2, de 1968 — Publicação: D.C.N. de 30 de janeiro de 1968 — *Diário Oficial* de 31 de janeiro de 1968 — "Aprova o texto do Protocolo de Reforma da Carta da Organização dos Estados Americanos, denominado 'Protocolo de Buenos Aires', assinado em Buenos Aires, em 27 de fevereiro de 1967".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 488-67.

Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº 60-67 (no Senado) Projeto de Decreto Legislativo nº 23-B de 1967 (na Câmara).

Nº 3, de 1968 — Publicação: DCN de 31.1.68 — *Diário Oficial* de 14.2.68 — "Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas, para o fim de tornar definitivo o ato praticado em 15 de dezembro de 1966 relativamente a despesas de NCR\$ 36.027,33 (trinta e seis mil e vinte e sete cruzeiros novos e trinta e dois centavos), para pagamento a Valmet do Brasil S.A. — Indústria e Comércio de Tratores".

Autor: Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº 43-67 (no Senado).

Projeto de Decreto Legislativo nº 27-A-67 (na Câmara)

Nº 4, de 1968 — Publicação: DC de 3.2.68 — *Diário Oficial* de 3.2.68 — "Mantém decisão do Tribunal de Contas da União, denegatório ao pedido de concessão de reforma a 1 Tenente-Coronel, superior ao de do".

Autor: Tribunal de Contas da União — Of. TC-1.820-63

Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº 8-65 (no Senado) Projeto de Decreto Legislativo nº 126-64 (na Câmara)

Nº 5, de 1968 — Publicação: DC de 3.2.68 — *Diário Oficial* de 6.2.68 — "Denega provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União da decisão que autoriza o registro, sob reserva, de reforma postula do Capitão-Tenente Augusto Henrique da Silva Oliveira".

Autor: Tribunal de Contas da União — Av. 274-P-68.

Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº 26-66 (no Senado)

Projeto de Decreto Legislativo nº 259-66 (na Câmara)

Nº 6, de 1968 — Publicação: DC de 3.2.68 — *Diário Oficial* de 6.2.68 — "Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União para fim de ser mantida a reforma Terceiro Sargento José Forte Cruz".

Autor: Tribunal de Contas da União — Av. 720-P-66

Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº 7-67 (no Senado)

Projeto de Decreto Legislativo nº 292-A-66 (na Câmara)

Nº 7, de 1968 — Publicação: DC de 9.2.68 — *Diário Oficial* de 14.2.68 — "Republicação: DCN de 14.2.68"

"Aprova o texto do Decreto-Lei nº 3 de 24 de outubro de 1967, que altera os critérios de distribuição do Imposto Unico sobre Energia Elétrica e dá outras providências".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 738-67

Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº 63-67 (no Senado)

Projeto de Decreto Legislativo nº 51-A-67 (na Câmara)

Nº 8, de 1968 — Publicação: DC de 22.2.68 — *Diário Oficial* de 4.3.68 — "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica assinado entre o Brasil e a República Francesa, em Paris, a 16 de janeiro de 1967".

Autor: Poder Executivo — Mensagem nº 555-67

Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº 1-68 (no Senado)

Projeto de Decreto Legislativo nº 35-B-67 (na Câmara)

Nº 9, de 1968 — Publicação: DC de 22.2.68 — *Diário Oficial* de 4.3.68 — "Dá provimento a recurso ao Tribunal de Contas para o fim de tornar definitiva a decisão de o não julgar de 1966, relativamente a despesas de NCR\$ 19.028,50 (dezenove mil e vinte e oito cruzeiros novos e cinco centavos), para pagamento a firma COFIMA — Companhia Fabricadora de Implementos Agrícolas".

Autor: Referência: Projeto de Decreto Legislativo nº 3-68 (no Senado)

Projeto de Decreto Legislativo nº 21-A-67 (na Câmara)

RESOLUÇÃO

Nº 1, de 1968 — Publicação: DCN de 26.1.68 — "Aposenta Laura Bandeira Accioli, Taquígrafa Revisora PL-2, do Quadro da Secretaria do Senado Federal".

Autor: Comissão Diretora

Referência: Projeto de Resolução nº 1-68

Nº 2, de 1968 — Publicação: DCN de 31.1.68 — "Estende ao funcionalismo do Quadro da Secretaria do Senado Federal, na forma da Lei nº 5.368, de 1º de dezembro de 1967 as majorações ali previstas, e dá outras providências".

Autor: Comissão Diretora

Referência: Projeto de Resolução nº 2-68.
 Nº 3, de 1968 — Publicação: DCN de 7.2.68 — "Altera o art. 215 da Resolução nº 6, de 1960, acrescentando-se o item IV".
 Autor: Comissão Diretora.
 Referência: Projeto de Resolução nº 103-67.
 Nº 4, de 1968 — Publicação: DCN de 7.2.68 — "Aposenta, por invalidez, Benedito Fernandes, Advogado PL-11, do Quadro da Secretaria do Senado Federal".
 Autor: Comissão Diretora — Referência: Projeto de Resolução nº 3-68.
 Nº 5, de 1968 — Publicação: DCN de 7.2.68 — "Exonerar, a pedido, Luiz de Souza Leão, Auxiliar Legatário, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal".
 Autor: Comissão Diretora.
 Referência: Projeto de Resolução nº 5-68.
 Nº 6, de 1968 — Publicação: DCN de 7.2.68 — "Prorroga, por uma ano, a licença concedida a Sebastião Fuy Rolfo Marcol, Oficial Legislativo, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal".
 Autor: Comissão Diretora.
 Referência: Projeto de Resolução nº 6-68.
 Nº 7, de 1968 — Publicação: DCN de 7.2.68 — "Prorroga, por um ano,

a licença concedida a Moema Fernandes Távora, Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal".
 Autor: Comissão Diretora.
 Referência: Projeto de Resolução nº 7-68.
 Nº 8, de 1968 — Publicação: DCN de 9.2.68 — *Diário Oficial* de 11.2.68 — "Autoriza a Empresa Municipal de Camagui, Estado de São Grande do Sul, a contratar um serviço externo, no montante de DM 175.000,00, para a execução de quinze mil peças e a montagem de um marco aluminado, para a instalação de equipamentos de medidas da CILF Mueller GmbH — Alemanha — República Federal da Alemanha".
 Autor: Comissão de Finanças.
 Referência: Projeto de Resolução nº 4-68.
 Nº 9, de 1968 — Publicação: DCN de 14.2.68 — *Diário Oficial* de 15.2.68 — "Dispõe sobre a execução do artigo 8º da Lei nº 7.011, de 27 de dezembro de 1962, do Estado de São Paulo".
 Autor: Comissão de Constituição e Justiça.
 Referência: Projeto de Resolução nº 9-68.
 Nº 10, de 1968 — Publicação: DCN de 14.2.68 — "Torna sem efeito a nomeação de Maria Lucia de Moraes e Silva Rodrigues candidata habilitada em concurso público, para o cargo de Auxiliar Legislativo".
 Autor: Comissão Diretora.
 Referência: Projeto de Resolução nº 10-68.
 Nº 11, de 1968 — Publicação: DCN de 15.2.68 — *Diário Oficial* de 16.2.68 — "Autoriza o Estado de Mato Grosso a contratar empréstimo com a Deutsche Export und Importbank AG, Leineweberstrasse 10, 4000 Essen, República Federal da Alemanha".
 Autor: Comissão de Finanças.
 Referência: Projeto de Resolução nº 11-68.
 Nº 12, de 1968 — Publicação: DCN de 16.2.68 — "Dispõe sobre as reuniões preparatórias da sessão legislativa ordinária do corrente ano".
 Autor: Senador Filinto Múller.
 Referência: Projeto de Resolução nº 12-68.
 Nº 13, de 1968 — Publicação: DCN de 16.2.68 — "Altera o Regimento Interno do Senado Federal".
 Autor: Senador Filinto Múller.
 Referência: Projeto de Resolução nº 13-68.
 Nº 14, de 1968 — Publicação: DCN de 16.2.68 — "Dispõe sobre a administração do Serviço Gráfico do Senado Federal".
 Autor: Comissão Diretora.
 Referência: Projeto de Resolução nº 14-68.

Nº 15, de 1968 — Publicação: DCN de 16.2.68 — "Autoriza o Redator de Anais e Documentos Parlamentares, Caio Cesar de Menezes Pinheiro, a integrar, como Delegado-Suplente, a Delegação do Brasil à II Conferência Internacional de Comércio e Desenvolvimento".
 Autor: Comissão Diretora.
 Referência: Projeto de Resolução nº 14-68.
 Nº 16, de 1968 — Publicação: DCN de 16.2.68 — "Nomeia, para cargos vagos de Auxiliar Legislativo, candidatos habilitados em concurso público".
 Autor: Comissão Diretora.
 Referência: Projeto de Resolução nº 15-68.
 Nº 17, de 1968 — Publicação: DCN de 22.2.68 — *Diário Oficial* de 4.3.68 — "Autoriza o Governo do Estado do Paraná a adquirir, mediante financiamento, equipamentos hospitalares de firma N. V. Philips Gloeilampfabriek, de Eindhoven, Holanda".
 Autor: Comissão de Finanças.
 Referência: Projeto de Resolução nº 13-68.
 Brasília, DF., em ... de março de 1968.
 Elaborada por: Vicente de P. de Souza Lopes, Aux. Legist., PL-9.
 Controlada por: Elza Lourival Calhota, CP, da Seção do Protocolo.
 Visor: Nair Cardoso, Diretora do Expediente.

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — CE)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victório Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MT)

Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Villaga (RN)

Antônio Carlos (SC)

DO MDB

Líder — Aurélio Vianna (GB)

Vice-Líderes

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES
 Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Torres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela

SUPLENTE
 José Leite
 José Guimard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB

Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho
 Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

SUPLENTE
 Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Argemiro de Figueiredo
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

SUPLENTE
 José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES
 Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Millet

SUPLENTE

Alvaro Maia
 Lobão da Silva
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krieger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
 José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Millet
 Manoel Villaga
 Wilson Gonçalves

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sa
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Sena

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Júnior — Ramal 245.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES
 Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTE

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queirós

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)
COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Mem de Sa

ARENA

TITULARES
 Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

SUPLENTE

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 2ª REUNIÃO REALIZADA AOS 7 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 1968

(Ordinária)

As dezesseis horas e quarenta minutos do dia sete do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reuniram-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Leandro Maciel, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Nogueira da Gama e Clodomir Millet.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Antônio Carlos e Lobão da Silveira.

E lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Nogueira da Gama apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1968 (Nº 58-A-68, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei nº 322, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 3ª REUNIÃO REALIZADA AOS 7 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1968

(Extraordinária)

As dezesseis horas do dia sete do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Leandro Maciel, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Nogueira da Gama e Clodomir Millet.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Antônio Carlos e Lobão da Silveira.

E lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova os pareceres em que o Senhor Senador Nogueira da Gama apresenta as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 1968 (número 22-A-68, na Casa de origem), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Fáclicos da Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru, assinado em Lima, a 20 de novembro de 1967;

b) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1968 (número 51-A-68, na Casa de origem), que aprova o texto do Decreto-lei nº 331, de 19 de dezembro de 1967, que dá nova redação ao art. 12 e seu § 2º do Decreto-lei nº 157, de 11 de fevereiro de 1967.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO REALIZADA AOS 15 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1968

(Extraordinária)

As dez horas do dia quinze do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Leandro Maciel, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Nogueira da Gama e Clodomir Millet.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, Antônio Carlos e Lobão da Silveira.

ATAS DAS COMISSÕES

E lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Nogueira da Gama apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 1967 (Nº 461-B-67, na Casa de origem), que transfere a sede da Junta de Conciliação e Julgamento localizada em Propriá para Marulim, no Estado de Sergipe — 5ª Região da Justiça do Trabalho.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 5ª REUNIÃO REALIZADA AOS 20 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1968

(Extraordinária)

As dezesseis horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador José Feliciano, presentes os Senhores Senadores Leandro Maciel, Vice-Presidente, Clodomir Millet e Nogueira da Gama.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Antônio Carlos e Lobão da Silveira.

E lida e aprovada a ata da reunião anterior.

Nos termos do art. 22, parágrafo único, assume a Presidência o Senhor Senador Leandro Maciel a fim de que o Senhor Senador José Feliciano apresente as seguintes redações:

a) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1968, que aprova o texto do Decreto-lei nº 327, de 19 de dezembro de 1967;

b) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1968, que aprova o texto do Decreto-lei nº 344, de 23 de dezembro de 1967;

c) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1968, que aprova o texto do Decreto-lei nº 329, de 19 de dezembro de 1967;

d) redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 1968, que aprova o texto do Decreto-lei nº 345, de 23 de dezembro de 1967.

Resumo a Presidência do Senhor Senador José Feliciano que, nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

ATA DA 6ª REUNIÃO REALIZADA AOS 21 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 1968

(Extraordinária)

As nove horas e trinta minutos do dia vinte e um do mês de março do ano de mil novecentos e sessenta e oito, reúne-se extraordinariamente, a Comissão de Redação sob a Presidência do Senhor Senador Leandro Maciel, Vice-Presidente, presentes os Senhores Senadores Nogueira da Gama e Lobão da Silveira.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Feliciano, Presidente, e Antônio Carlos.

E lida e aprovada a ata da reunião anterior.

A Comissão aprova o parecer em que o Senhor Senador Nogueira da Gama apresenta a redação do projeto, para tornar supletivo, do substitutivo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1968, que aprova o texto do Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967, que acrescenta disposições disciplinares ao Decreto-lei nº 333, de 23 de fevereiro de 1967, que regula a Zona Franca de Manaus e de outras providências.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião, lavrando

eu, Beatriz Brandão Guerra, Secretária, a presente ata que uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador José Ermirio
Secretário: J. Ney Passos Dantas

PARCERIAS PROFERIDAS

Número e Referência — Relator — Conclusão

Requerimento nº 1.126, de 1967, que solicita transcrição nos Anais do Senado Federal, do editorial do Correio da Manhã, subordinado ao título "Desafio Amarelado", publicado na edição de 23.11.67. — Senador Tectônio Villela — Parecer, pela aprovação. Aprovado em 12.3.68.

Requerimento nº 80, de 1968, que solicita o comparecimento do Senhor Ministro da Agricultura para prestar esclarecimentos ao Senado sobre a importação do leite em pó. — Senador Argemiro de Figueiredo — Parecer, pela aprovação. Aprovado em 23.3.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1968, que "dá nova redação ao art. 2º e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 30, de 23 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as penalidades pela falta de pagamento da contribuição sindical rural." — Senador João Cleofas. — Parecer, pela aprovação. Aprovado em 25.3.68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 12 de março de 1968

Ao Sr. Senador Argemiro de Figueiredo:

Requerimento nº 80, de 1968, solicitando a convocação do Sr. Ministro da Agricultura, a fim de prestar esclarecimentos ao Senado, sobre importação de leite em pó.

Ao Sr. Senador João Cleofas:

Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1968, que "dá nova redação ao artigo 2º e seu parágrafo único do Decreto-lei nº 30, de 23 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as penalidades pela falta de pagamento da contribuição sindical rural."

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas — 2 (duas)
Projetos relatados — 3 (três)
Projetos distribuídos — 2 (dois)
Ofícios expedidos — 2 (dois)
Ofícios recebidos — 3 (três)

Senado Federal, 1º de abril de 1968. — J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Senador Milton Campos
Secretário: Maria Helena Bruno Brandão

PARCERIAS PROFERIDAS

Número e Referência — Relator — Conclusão

Projeto Lei Senado nº 7-DE-68 — Altera os Quadros Permanentes e provisórios do pessoal do Distrito Federal e de outras providências. — Senador Wilson Gonçalves — Pela constitucionalidade e juridicidade do projeto e das 4 emendas. 12.3.68.

Projeto Resolução nº 44-68 — Denomina "Edição Isaac Brown" o plebiscito destinado aos Serviços Críticos do Senado. — Senador Wilson Gonçalves — Mantém parecer favorável emitido em 1963. 12.3.68.

Projeto Resolução nº 13-68 — Destina o Prêmio Isaac Brown ao fundo público nacional. — Senador Josaphat Marinho. — Pela constitucionalidade com 2 emendas. 12.3.68.

Projeto Lei Senado nº 22-68 — Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal e a Fundação Zoológica do Distrito Federal a celebrarem contrato de financiamento. — Senador Carlos Lindenberg. — Pela constitucionalidade e juridicidade. 12.3.68.

Ofício nº 21-67 — do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Representação 442, Estado do Rio Grande do Norte, inconstitucionalidade da Lei 3.942, de 2.10.63. — Senador Antônio Balbino — Favorável; com Projeto de Resolução. 12.3.68.

Mensagem nº 1-68 — do Poder Executivo que encaminha o texto do Decreto-lei 337, de 19.12.67, o qual prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei 335, de 23.2.67. — Senador Wilson Gonçalves — A Comissão de Constituição e Justiça deixa de se pronunciar, visto ter sido ouvida a CCJ da Câmara. 12.3.68.

Mensagem nº 9-68 que encaminha o texto do Decreto-lei nº 345, de 28 de dezembro de 1967, que modifica a Lei nº 5.325, que modifica a Lei nº 5.325, de 2.10 do mesmo ano, e institui a duplicata fiscal. — Senador Carlos Lindenberg — A Comissão de Constituição e Justiça deixa de se pronunciar, por já ter sido ouvida a CCJ da Câmara. 12.3.68.

Projeto Lei Senado nº 9-68 — Que altera a redação do § 1º do art. 136 do Decreto-lei nº 5.452, de 1.5.43 (Consolidação das Leis do Trabalho) — Senador Josaphat Marinho — Pela rejeição. 12.3.68.

Requerimento S/Nº/67 do Senador Eurico Rezende, solicitando o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre se permanece a eficácia do art. 74 da Lei 5.010, quanto ao provimento dos cargos de Juizes Federais e Juizes Federais Substitutos nas primeiras Procuracias até que estas se completem. — Senador Petrólio Portela — Ao Senado cumpre examinar as mensagens anteriormente enviadas cu as que, em substituição, lhe seja encaminhadas, atento à norma estabelecida na Lei 5.010 relativa às primeiras nomeações.

Vencidos os Senadores Antônio Balbino, Josaphat Marinho e Edmundo Levy. 12.3.68.

Mensagem nº 4-68 — Encaminha o texto do Decreto-lei 340, de 22.12.67, que acrescenta disposições disciplinares do Decreto-lei 228, de 23.2.67, que regula a Zona Franca de Manaus. — Senador Eurico Rezende — Aprovado parecer pela rejeição do Projeto de Decreto Legislativo da Comissão de Finanças, apresentando substitutivo Projeto Decreto Legislativo favorável à Mensagem. Vencidos os Senadores Clodomir Millet, Edmundo Levy e Josaphat Marinho. 12.3.68.

Mensagem nº 8-68 — Encaminha o texto do Decreto-lei 344, de 23.12.67, que altera alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto Decreto Legislativo da Com. Finanças. 12.3.68.

Mensagem nº 9-68 — Encaminha o texto do Decreto-lei 343, de 23.12.67, que institui a duplicata fiscal. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer favorável ao Proj. Decreto Legislativo da Comissão de Finanças, vencidos os Senadores Edmundo Levy e Josaphat Marinho. 12.3.68.

Projeto Lei Câmara nº 21-63 — Regula a microfilmagem de documentos oficiais e de outras providências. — Senador Edmundo Levy — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. 12.3.68.

Projeto Lei Câmara nº 20-68 — Dispõe sobre política para estatificação e classificação de insubordinados e periculistas. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade. 19 de março de 1968.

Mensagem nº 1-68 — Encaminha o texto do Decreto-lei 337, de 19.12.67, o qual prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei 335, de 23.2.67. — Senador Edmundo Levy. — Parecer pela rejeição do Proj. Decreto Legisla-

tivo da Com. Finanças. Vencido o Relator e o Sen. Josaphat Marinho Designado Relator do vencido o Senador Clodomir Millet. 19.3.68.

Mensagem nº 3-68. — Encaminha texto do Decreto-lei 339, de 19.12.67 que exclui da obrigação do art. 10 do Decreto-lei 62, de 21.11.65 o Banco do Brasil S. A., o Banco da Amazônia S. A. e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A. — Senador Edmundo Levy. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade da Comissão Finanças. 19.3.68.

Projeto Lei Senado 24-68 — Retifica a Lei 5.358, de 17.11.67 (Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968). — Senador Josaphat Marinho. — Aprovado parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade 19.3.68.

Projeto Lei Senado nº 14-68 — Considera para efeito de registro e de transcrição, zona pecuária leiteira e área específica. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer pela constitucionalidade e juridicidade 19.3.68.

Projeto de Resolução nº 102-67 — Anula, por invalidez, Ruy Ribeiro Cardoso, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal. — Senador Carlos Lindenberg. — Aprovado parecer pelo arquivamento. 19.3.68.

Ofício nº 1-68 do Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia do acórdão proferido pelo STF nos autos do Recurso Extraordinário nº 62.739, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. 5º do Decreto-lei 322, de 7.4.67. — Senador Josaphat Marinho. — Aprovado parecer favorável à decisão constante do Ofício, apresentando Projeto de Resolução. 19 de março de 1968.

Projeto Decreto Legislativo nº 12 de 1968 — Aprova o Decreto-lei 348, de 4.1.68, que dispõe sobre a organização a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional. — Senador Eurico Rezende. — Aprovado parecer favorável, vencidos os Senadores Edmundo Levy, Aurélio Vianna e Josaphat Marinho. 20.3.68.

Ofício S-3-68 do Estado do Piauí relativo ao pedido de autorização para contratar com o Deutsche Export und Importgesellschaft Feinmechanik GmbH — M.B.H. a aquisição de aparelhos e instrumentos médicos: sem similar nacional, no valor de até US\$ 600.000,00 que se destinam à Faculdade de Medicina do Piauí. — Senador Eurico Rezende. — Aprovado parecer favorável ao Projeto de Resolução da Com. de Finanças. 20 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 34-68 — Dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais. — Senador Carlos Lindenberg. — Pelo não conhecimento do Projeto de acordo com o art. 86, alínea "c", item II nº 1 do Regimento. Aprovado em 26 de março de 1968.

Projeto de Lei do Senado nº 21-68 — Estende a Superintendência do Desenvolvimento Econômico da Região Centro-Oeste o regime de incentivos fiscais previstos na Lei 5.174 de 27.10.66. — Senador Carlos Lindenberg. — Pela constitucionalidade. Vencido o relator e designado o relator do vencido Senador Edmundo Levy. Em 26.3.68.

Requerimento nº 143-68 — do Senador José Ermirio, solicitando ao Poder Executivo — Ministério da Fazenda — informações sobre firmas que já se beneficiaram das disposições contidas no Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos e outras informações. — Senador Carlos Lindenberg. — Favorável. Aprovado em 26.3.68.

Requerimento nº 144-68 — do Senador Cattete Pinheiro, solicitando transcrição nos Anais do Senado das homenagens prestadas à memória do Dr. Isaac Brown, por ocasião da inauguração de seu retrato na sala

da Secretaria Geral da Presidência do Senado. — Senador Carlos Lindenberg. — Favorável. Aprovado. Em 26 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 146-67 — Dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e sobre abono de faltas não justificadas e dá outras providências. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado parecer por diligência junto ao Dep. Adm. do Pessal Civil. Em 26.3.68.

Projeto de Lei do Senado 15-68 — Estabelece normas para aproveitamento obrigatório de candidatos a cursos superiores, de acordo com o número de vagas. — Senador Aloysio de Carvalho. — Aprovado parecer pela constitucionalidade em 26.3.68.

Requerimento nº 153-68, do Senador Duarte Filho, solicitando, nos termos do art. 212, letra "Y", do Regimento Interno, transcrição nos Anais do Senado do discurso pronunciado pelo Sr. Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura, na sessão inaugural de 15.2.68, na V Reunião do Conselho Cultural Interamericano. — Senador Wilson Gonçalves. — Aprovado parecer favorável. Em 26.3.68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 5 de março de 1968

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Resolução nº 19-68 — Institui o Prêmio Isaac Brown ao funcionário-padrão.

Projeto Lei do Senado nº 12-68 — Assegura inscrição nos concursos de habilitação para ingresso nos cursos de ensino superior aos graduados em escolas normais.

Ao Senador Aloysio de Carvalho: Projeto Lei do Senado nº 24-67 — Estabelece normas para reacquirição dos direitos políticos e regula a concessão de anistia.

Projeto Lei do Senado nº 28-67 — Regulamenta a aplicação do artigo 3º da Constituição do Brasil de 24.1.67.

Projeto Lei do Senado nº 3-68 — Dispõe sobre a situação dos servidores do INPS que, anteriormente à unificação da previdência social, ocupavam dois cargos ou empregos cumulativamente, embora subordinados a regimes jurídicos diversos e tiveram que optar.

Projeto Lei do Senado nº 8-68 — Altera o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25.10.66), no capítulo referente à contribuição de melhoria, e o Decreto-lei nº 195, de 24 de fevereiro de 1967.

Projeto Lei do Senado nº 15-68 — Estabelece normas para aproveitamento obrigatório de candidatos a Cursos Superiores, de acordo com o número de vagas e dá outras providências.

Ao Senador Wilson Gonçalves: Projeto de Decreto Legislativo número 1-68 — Encaminha o texto do Decreto-lei nº 337, de 19.12.67, o qual prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei nº 265, de 28.2.67.

Projeto Lei Senado nº 16-68 — Declara de utilidade pública a "Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro", com sede em Niterói, Estado do Rio de Janeiro.

Ao Senador Carlos Lindenberg: Projeto de Decreto Legislativo número 1-68 — Encaminha o texto do Decreto-lei nº 345, de 28.12.67, que institui a duplicata fiscal.

Projeto Lei do Senado nº 14-68 — Considera, para efeito de registro e desapropriação, zona de pecuária leiteira a área que especifica.

Ao Senador Edmundo Levy: Projeto de Resolução nº 102-67 — Aposenta, por invalidez, Ruy Ribeiro Cardoso, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Projeto Lei da Câmara nº 3-68 — Autoriza a reversão de uma área de terra na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, à Prefeitura Municipal da mesma localidade.

feitura Municipal da mesma localidade.

Ao Senador Eurico Rezende:

Projeto Lei do Senado nº 17-68 — Estendem-se aos servidores da P.D.F. que lidam com Raio X ou substâncias radioativas, as vantagens de redução do tempo para aposentadoria facultativa ou compulsória asseguradas por lei aos servidores da União, em razão das mesmas condições de serviço.

Ao Senador Petrólio Portela:

Projeto Lei do Senado nº 20-68 — Altera a redação do § 4º do artigo 9º da Lei nº 5.292, de 8.6.67.

Ao Senador Antônio Balbino:

Projeto Lei Senado nº 13-68 — Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias.

Ao Senador Bezerra Neto:

Projeto Lei do Senado nº 19-68 — Submete à própria aprovação do Conselho de Segurança Nacional as atribuições que especifica.

Ao Senador Antônio Carlos:

Projeto Lei do Senado nº 11-68 — Estende os benefícios do art. 116 da Lei 1.711-52 e art. 10 da Lei 4.345 de 1964 ao pessoal que especifica.

Em 6 de março de 1968

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto de Decreto Legislativo número 60-65 — Cria a Biblioteca do Congresso Nacional e dá outras providências.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto Lei do Senado nº 21-68 — Estende a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste o regime de incentivos fiscais previstos na Lei 5.174, de 27.10.1966.

Em 7 de março de 1968

Ao Senador Edmundo Levy:

Projeto Lei da Câmara nº 132-67 — Dispõe sobre a concessão de prorrogação de prazos, pelo Banco do Brasil S.A. e Banco da Amazônia S.A., a devedores do Pará e do Amazonas.

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto Lei da Câmara nº 146-67 — Dispõe sobre o cancelamento de penalidades aplicadas a servidores civis e sobre abono de faltas não justificadas e dá outras providências.

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto Lei do Senado nº 18-68 — Aplica aos empregados de estações do interior, cujo serviço for de natureza intermitente ou de pouca intensidade, preceitos gerais sobre duração do trabalho, alterando a redação do artigo 242 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Ao Senador Bezerra Neto:

Projeto Lei do Senado nº 23-68 — Isenta do serviço militar obrigatório em tempo de paz, o homem do campo e o estudante enquanto estiver cursando o 2º ciclo colégio.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto Lei do Senado nº 22-68 — Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal e a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal a celebrarem contrato de financiamento.

Em 12 de março de 1968

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Projeto Lei Senado nº 25-68 — Dispõe sobre a realização das eleições no Distrito Federal para escolha de seus representantes à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto Resolução nº 102-67 — Aposenta, por invalidez, Ruy Ribeiro Cardoso, Oficial Legislativo, PL-5, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em 13 de março de 1968

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto Lei Senado nº 24-68 — Retifica a Lei nº 5.358, de 17.11.67 (Estima a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1968).

Ofício nº 1-68-P-MG, de 1968, do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia do acórdão proferido pelo STF nos autos do Recurso Extraordinário nº 62.739, do Estado de São Paulo, que declarou a inconstitucionalidade do art. 5º do Decreto-lei nº 322 de 7.4.67.

Ao Senador Petrólio Portela:

Projeto Lei Senado nº 4-68 — Dispõe sobre a aposentadoria de funcionários integrantes de carreira de Enfermeiro.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Requerimento nº 141-68 — do Senador Cattete Pinheiro solicitando transcrição nos Anais do Senado das homenagens prestadas à memória do Dr. Isaac Brown por ocasião da inauguração de seu retrato na Sala da Secretaria Geral da Presidência do Senado Federal.

Ao Senador Edmundo Levy:

Projeto Lei Senado nº 13-68 — Autoriza órgãos oficiais a conceder financiamento para construção ou aquisição de moradias.

Em 14 de março de 1968

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Requerimento nº 143-68 do Senador José Ermirio solicitando ao Poder Executivo — M. da Fazenda — informações sobre as firmas que já se beneficiaram das disposições contidas no Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos e outras informações.

Em 15 de março de 1968

Ao Senador Edmundo Levy:

Mensagem nº 1-68 — Encaminha o texto do Decreto-lei 337, de 19 de dezembro de 1967, o qual prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei 265, de 28.2.67.

Mensagem nº 3-68 — Encaminha texto do Decreto-lei 345 de 28.12.67, que institui a duplicata fiscal.

Projeto Lei Câmara nº 30-68 — Dispõe sobre perícia para caracterização e classificação de incapacidade e nequidão.

Mensagem nº 3-68 — Encaminha o texto do Decreto-lei 344, de 28.12.67, que altera alíquota do imposto sobre Produtos Industrializados.

Ao Senador Filinto Müller:

Projeto Lei Câmara nº 21-68 — Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.

Ao Senador Eurico Rezende:

Mensagem nº 4-68 — Encaminha texto do Decreto-lei 340, de 22.12.67, que acrescenta disposição disciplinadora do Decreto-lei 283, de 28.2.67, que regula a Zona Franca de Manaus e dá outras providências.

Em 19 de março de 1968

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto Lei Câmara nº 34-68 — Dispõe sobre a forma e apresentação dos símbolos nacionais e dá outras providências.

Ao Senador Eurico Rezende:

Projeto Decreto Legislativo nº 12-68 — Aprova o Decreto-lei nº 348, de 4 de janeiro de 1968, que dispõe sobre a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional.

Ao Senador Petrólio Portela:

Projeto Lei Senado nº 63-67 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de título universitário para o ingresso na carreira de Inspetor do Trabalho do Quadro do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Em 20 de março de 1968

Ao Senador Eurico Rezende:

Ofício S-3-38 do Governo do Estado do Piauí solicitando autorização para realizar contrato com a firma Deutsche Export und Importgesellschaft Feinmechanik Optik M.B.H. para aquisição de aparelhos e instrumentos médicos, sem similar nacional, no valor de até
US\$ RDA 600.000,00 destinados à Faculdade de Medicina do Estado do Piauí.

Em 21 de março de 1968

Ao Senador Eurico Rezende:

Projeto Lei Câmara nº 33-68 — Autoriza o Tesouro Nacional a promover a elevação do capital da Companhia Siderúrgica Nacional, e garantir empréstimo externo para ampliar as instalações industriais da Usina de Volta Redonda.

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Projeto Lei Câmara nº 8-68 — Autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, terreno situado na gleba do Colégio Agrícola "Antonio Versiani Athayde", no município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais.

Ao Senador Edmundo Levy:

Projeto Lei Senado nº 27-68 — Dispõe sobre a aposentadoria, na forma do § 2º do art. 100 da Constituição do Brasil, de servidores que mencionam.

Em 21 de março de 1968

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

Projeto Lei Câmara nº 41-68 — Altera a Lei 5.258, de 10.4.67, que dispõe sobre medidas aplicáveis aos menores de 13 anos pela prática de fatos definidos como infrações penais.

Ao Senador Edmundo Levy:

Consulta nº 1-63 — do Senador Nogueira da Câmara, sobre questão decorrente do art. 85 da O.A.B. que declara impedidos de exercer a advocacia, mesmo em causa própria, os "membros do Poder Legislativo, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, das entidades paraestatais, das sociedades de economia mista ou empresas concessionárias de serviço público".
Projeto Lei Senado nº 26-68 — Fixa o entendimento da expressão "indenizações trabalhistas" nos textos legais que mencionam.

Ao Senador Aurélio Vianna:

Projeto Lei Senado nº 68-67 — Dispõe sobre a participação das Companhias de aviação no intercâmbio cultural e informativo entre os Estados.
Requerimento nº 222-68 — do Senhor Senador Aarão Steinbruch solicitando transcrição nos Anais do Senado Federal do artigo do Senhor Nsaac Akcolrud, publicado no "Correio da Manhã", de 17.3.68, e titulado "Modelos e Padrões".

Ao Senador Josaphat Marinho:

Ofício nº 20-87-P-MC do Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal encaminhando cópia autenticada do acórdão proferido nos autos da Representação 727, do Estado do Rio Grande do Sul, o qual declarou inconstitucionais diversos dispositivos da Lei Rio Grandense nº 5.253, de 2 de agosto de 1956.

Ao Senador Wilson Gonçalves:

Requerimento nº 153-68 — do Senador Duarte Filho solicitando nos termos do art. 212, letra "Y", do Regimento Interno, transcrição nos Anais do Senado do discurso pronunciado pelo Sr. Tarso Dutra, Ministro da Educação e Cultura do Brasil, na sessão inaugural realizada em 15 de fevereiro de 1968, da Quinta Reunião do Conselho Cultural Interamericano.

Em 22 de março de 1968

Ao Senador Josaphat Marinho:

Projeto Lei Senado nº 17-67 — Previamente habilitados em concurso público em cargos vagos de atribui-

ções afins, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados.
Projeto Lei Senado nº 65-67 — Dispõe sobre a aposentadoria e o abono de permanência em serviço do aeronauta.

Ao Senador Clodomir Millet:

Requerimento nº 978-67 do Senador Aarão Steinbruch solicitando transcrição nos Anais do Senado do discurso proferido pelo Ministro Oswaldo Trigueiro perante o Supremo Tribunal Federal, em comemoração do nonagésimo aniversário do nascimento do Senhor Raul Fernandes.

Requerimento nº 924-67 — do Senador Vasconcelos Torres solicitando a transcrição nos Anais do Senado, do editorial de "O Globo" sob o título "No interesse do Brasil", publicado em 23.10.67.

Ao Senador Edmundo Levy:

Projeto Lei Câmara nº 178-61 — Transforma em funcionário do serviço civil do Poder Executivo para os fins da Lei 3.780, de 12.7.60, o pessoal pago por economias administrativas e outros recursos das organizações dos Ministérios da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha.

Ao Senador Carlos Lindenberg:

Projeto Lei Senado nº 6-68 — Dispõe sobre a aposentadoria do servidor público de conformidade com o artigo 177, § 1º da Constituição do Brasil.

Projeto Lei Senado nº 59-67 — Acrescenta parágrafos ao art. 3º do Decreto-lei 288, de 28.2.67.

Ao Senador Aurélio Vianna:

Projeto Lei Senado nº 48-65 — Cria a Ordem dos Jornalistas do Brasil.

Ao Senador Eurico Rezende:

Projeto Lei Senado nº 2-68 — Descentraliza o Conselho Fiscal de Educação e dá outras providências.

Em 27 de março de 1968

Ao Senador Aurélio Vianna:

Requerimento nº 978-67 do Senador Aarão Steinbruch solicitando transcrição nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Ministro Oswaldo Trigueiro perante o Supremo Tribunal Federal, em comemoração ao nonagésimo aniversário do nascimento do Sr. Raul Fernandes.

Ao Senador Edmundo Levy:

Requerimento nº 277-63 do Senador Mário Martins solicitando transcrição nos Anais do Senado, do artigo "Revolução e Desenvolvimento", de autoria do Marechal M. Poppe de Figueiredo, publicado no "Jornal do Brasil", em 24.3.68.

Ao Senador Alvaro Maia:

Requerimento nº 273-68, do Senador Júlio Leite, solicitando transcrição nos Anais do Senado, da aula inaugural do Programa de Formação de Assessores e Executivos do Centro Nacional de Produtividade e na Indústria, proferida pelo Sr. Ministro da Indústria e Comércio, General Edmundo de Macedo Soares e Silva.

Ao Senador Alvaro Maia:

Requerimento nº 934-67 — do Senador Vasconcelos Torres, solicitando transcrição nos Anais do Senado, do editorial de "O Globo", sob o título: "No Interesse do Brasil", publicado em 23.10.67.

Em 28 de março de 1968

Ao Senador Carlos Lindenberg:

PLS-28-68, estabelece limitações ao reajustamento dos alugueres residenciais e dá outras providências.

Ao Senador Aloysio de Carvalho:

PLC-18-68, revoga o § 3º do art. 21 do Decreto-lei nº 67, de 21.11.66, que dispõe sobre os bens e pessoal vinculado aos serviços de navegação e de

reparos navais explorado pelo Lloyd Brasileiro — Patrimônio Nacional e pela Companhia Nacional de Navegação Costeira — Autarquias, autoriza a constituição da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e da Empresa de Reparos Navais "Costeira" Sociedade Anônima e dá outras providências.

RESUMO

Reuniões:

Ordinárias	5
Extraordinárias	1
Projetos Distribuídos	70
Projetos Relatados	30
Ofícios Expedidos	1
Ofícios Recebidos	1
Diligência	1
Pedido de Voto	—
Publicações para Estudo	—
Emendas Apresentadas	—
Subemendas Apresentadas	—
Substitutos Apresentados	—
Projetos de Resolução Apresentados	2
Projetos de Decreto Legislativo	—
Declarações de Voto	13

Brasília, 29 de março de 1968. —
Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo PL-5 Secretária da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador João Abrahão.
Secretário: Afrânio Cavalcante Melo Junior.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator —
Conclusão

Projeto de Lei do Senado nº 22-68-DF — Autoriza a Prefeitura do Distrito Federal e a Fundação Zoológica do Distrito Federal a celebrarem contrato de financiamento — Senador Aurélio Vianna — Parecer favorável. Aprovado. Em 20 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 7-68-DF — Altera os Quadros Permanente e Provisório do Pessoal do Distrito Federal e dá outras providências — Senador Petrólio Portela — Parecer favorável com 6 emendas. Aprovadas as Emendas número 1, com Subemenda, 3, 5 e 6. Em 21 de março de 1968.

RELATÓRIO DO MÊS DE MARÇO DE 1968

Reuniões realizadas	6
Comparecimento de Autoridades	2
Projetos distribuídos	3
Pareceres proferidos	2
Emendas apresentadas	6
Subemendas apresentadas	1
Projetos de Resolução apresentados	1

Brasília, 1º de abril de 1968. —
Afrânio Cavalcante Melo Junior, Secretário.

COMISSÃO DE ECONOMIA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador Carvalho Pinto.
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator —
Conclusão

Mensagem nº 4, de 1968 — Do Senhor Presidente da República, que acompanha o texto do Decreto-lei número 340, de 22 de dezembro de 1967, que acrescenta disposições disciplinares do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que regula a Zona Franca de Manaus, e dá outras providências — Senador Carlos Lindenberg — Favorável nos termos do substitutivo da Comissão de Justiça, aprovado em 19-3.

DISTRIBUIÇÃO

Em 11.3.68

Ao Senador João Cleofas

Projeto de Lei do Senado nº 54, de 1967 — Do Sr. Senador Flávio Brito — Disciplina a atividade das Cooperativas (Lei Orgânica do Cooperativismo).

Em 29.3.68

Ao Senador Atílio Fontana

Mensagem nº 95, de 1968 — Submetendo à aprovação do Senado Federal o nome do Sr. Egberto de Faria Melo, para integrar o Conselho Deliberativo da Casa da Moeda, como representante do Departamento de Rendas Internas.

RESUMO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO

Reuniões Ordinárias	—
Reuniões Extraordinárias	1
Projetos Relatados	1
Projetos Distribuídos	2

Brasília, 29 de março de 1968. —
Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador Menezes Pimentel.
Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Emenda — Relator —
Conclusão

Projeto de Decreto Legislativo número 13, de 1968 — Aprova o texto do Convênio de Intercâmbio Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, aos 5 de julho de 1966. — Senador Adalberto Sena — Favorável, aprovado em 14.3.68.

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1968 — Institui o "Dia da Cultura e da Ciência" e dá outras providências. — Senador Alvaro Maia. — Favorável, com a emenda nº 1-CEC, aprovado em 28.3.68.

DISTRIBUIÇÃO

Em 6.3.68

Ao Senador Adalberto Sena

Projeto de Decreto Legislativo número 13, de 1968 — Aprova o texto do Convênio de Intercâmbio Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Haiti, assinado no Rio de Janeiro, aos 5 de julho de 1966.

Em 28.3.68

Ao Senador Mem de Sá

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1968 — Estabelece normas para aproveitamento obrigatório de candidatos a Cursos Superiores, de acordo com o número de vagas, e dá outras providências.

Reuniões Ordinárias	3
Projetos Relatados	2
Projetos Distribuídos	2
Ofícios Recebidos	1
Emendas Apresentadas	1

Brasília, 29 de março de 1968. —
Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador Antônio Carlos Secretário: Maria Helena Bueno Brandão

PARCERIAS PROFERIDAS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Ofício S-3-63 que autoriza o Governo do Estado do Piauí a realizar contrato com a firma Deutsche Export und Importgesellschaft Feinmechanik Optik M.B.H. para aquisição de aparelhos e instrumentos médicos, sem similar nacional, no valor de até US\$ 600.000,00 destinados à Faculdade de Medicina do Piauí. — Senador João Abrahão. — Aprovado parecer favorável, 23-3-68.

Requerimento nº 63-68 do Senador Jartete Pinheiro, solicitando transcrição nos Anais do Senado, da oração proferida pelo Dr. Sebastião Dante Camargo Jr., ao tomar posse na Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). — Senador Milton Trindade. — Aprovado parecer favorável.

DISTRIBUIÇÃO

Em 13-3-68

Ao Senador Milton Trindade

Requerimento nº 63-68 do Sen. Jartete Pinheiro solicitando transcrição no Anais do Senado da oração proferida pelo Dr. Sebastião Dante Camargo Júnior, ao tomar posse na Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO)

Em 20-3-68

Ao Senador João Abrahão

Ofício S-3/68 do Governador do Estado do Piauí solicitando ao Senado autorização para contratar com a firma Deutsche Export und Importgesellschaft Feinmechanik Optik M.B.H. para aquisição de aparelhos e instrumentos médicos, sem similar nacional, no valor de até US\$ 600.000,00 destinados à Faculdade de Medicina do Piauí.

RESUMO

Reunções:

Ordinárias	—
Extraordinárias	2
Projatos Distribuídos	2
Projatos Relatados	2

Brasília, 29 de março de 1968 — Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-5, Secretária da Comissão dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento.

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo

PARCERIAS PROFERIDAS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1968, aprova o Decreto-lei nº 343, de 28 de dezembro de 1967, que altera a legislação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências. Senador José Ermirio — Parecer favorável, aprovado em 13-3-68.

Mensagem nº 3, de 1968, encaminha texto do Decreto-lei nº 339, de 19-12-67, que exclui da obrigatoriedade

do Art. 1º do Decreto-lei nº 62, de 21-11-65, o Banco do Brasil S.A., o Banco da América S.A. e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A. — Senador Adolpho Franco. — Parecer favorável, aprovado em 13-3-68, apresentando Projeto de Decreto Legislativo.

Mensagem nº 3, de 1968, encaminha o texto do Decreto-lei nº 344, de 28 de dezembro de 1967, que altera alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados. Senador Fernando Corrêa. — Parecer favorável, apresentando Projeto de Decreto Legislativo, aprovado em 13-3-68.

Requerimento nº 113-63 do Sen. José Ermirio, solicitando ao Poder Executivo — M. Izenza — informações sobre firmas que já se beneficiaram das disposições contidas no Acordo de Garantia de Investimentos entre o Brasil e os Estados Unidos e outras informações. Senador Clodomir Millet. — Parecer pelo encaminhamento do requerimento aprovado em 13-3-68.

Requerimento nº 112-63 do Sen. José Ermirio, solicitando ao Poder Executivo — M. de Foz de Iguaçu — Banco do Brasil — Cultura de Comércio Exterior (CACEX), informações sobre exportação de algodão e outras indústrias. Senador Clodomir Millet. — Parecer pelo encaminhamento do requerimento. Aprovado em 13-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1967, autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito de NCr\$ 600.000,00, destinados à regularização de despesas do pessoal da Fundação Brasil Central. Senador José Leite. — Parecer favorável. Aprovado em 13-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1968, dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos funcionários e dá outras providências. Senador Manoel Villaga. — Apresentação de vista do Sr. José Ermirio, solicitando pronunciamento do Ministério do Planejamento. — Aprovado em 13-3-68.

Projeto de Lei do Senado nº 47, de 1967, dispõe sobre a heveicultura, o cultivo e a preservação de espécies botânicas, na Região Amazônica, e dá outras providências. Senador José Ermirio. — Parecer favorável ao Projeto e à emenda substitutiva. Aprovado em 13-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 1968, autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério do Interior, o crédito especial de NCr\$ 400.000,00, para atender a programa especial de migrações internas. Senador Fernando Corrêa. — Parecer favorável aprovado em 13-3-68.

Mensagem nº 4, de 1968, encaminha o texto do Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967, que acrescenta disposições disciplinadoras do Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que regula a Zona Franca de Manaus e dá outras providências. — Senador Oscar Pastos. — Parecer contrário, apresentando Projeto de Decreto Legislativo. — Aprovado em 13-3-68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1963, denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Justo Nunes. — Senador Argemiro de Figueiredo. — Parecer favorável, aprovado em 13-3-68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1963, denega provimento ao recurso interposto pelo Tribunal de Contas da União, para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Walter Pereira Barbosa. — Senador Argemiro de Figueiredo. — Parecer favorável, aprovado em 13-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1968, dispõe sobre medidas financeiras referentes à arrecadação da Dívida Ativa da União, juros de mora nos débitos para com a Fazenda Nacional e dá outras providências. — Senador Adolpho Franco. — Audiência no Ministério da Fazenda às emen-

das de ns. 3 e 4 do parecer ao Relator. — Aprovado em 13-3-68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1968, que aprova o Decreto-lei nº 348, de 24 de janeiro de 1968, que altera disposições dos Decretos-leis nºs 208 e 209, de 28 de fevereiro de 1967, sobre a utilização do acionista residual do imposto de renda e sobre o resgate do empréstimo compulsório. — Senador Pessoa de Queiroz. — Parecer favorável, aprovado em 13-3-68.

Projeto de Decreto Legislativo, a Mensagem nº 1, de 1968, do Sr. Presidente da República, que submete à deliberação do Congresso Nacional o Decreto-lei nº 351, de 19 de dezembro de 1967, que prorroga a entrada em vigor do Decreto-lei nº 285, de 28 de fevereiro de 1967, que cria a Cédula Industrial Pignoratícia, altera disposições sobre a duplicata e dá outras providências. — Senador Fernando Corrêa. — Parecer favorável, apresentando Projeto de Decreto Legislativo. — Aprovado em 14-3-68.

Mensagem nº 9, de 1963, que encaminha o texto do Decreto-lei nº 346, de 28 de dezembro de 1967, que institui a duplicata fiscal e dá outras providências. — Senador Fernando Corrêa. — Parecer favorável, apresentando Projeto de Decreto Legislativo, aprovado em 15-3-68.

Projeto de Resolução, ao Ofício do Governador do Estado do Piauí, relativo a pedido de autorização para contratar com o Deutsche Export und Importgesellschaft Feinmechanik Optik M.B.H., a aquisição de aparelhos e instrumentos médicos, sem similar nacional, no valor de até US\$ 600.000,00 (seiscentos mil dólares US-REDA), que se destinam à Faculdade de Medicina do Piauí. — Senador Pessoa de Queiroz. — Parecer favorável, apresentando Projeto de Resolução, aprovado em 20-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1963, isenta dos impostos de importação e sobre produtos industrializados, equipamentos destinados à importação pela Companhia Estadual de Telefones da Guanabara — CETEL. — Senador Pessoa de Queiroz. — Parecer favorável, aprovado em 20-3-68.

Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1968, aprova o Decreto-lei nº 351, de 7 de fevereiro de 1968, que dá nova redação ao art. 3º do Decreto-lei nº 111, de 24 de janeiro de 1967, relativo à publicação dos quadros anuais do Orçamento e à discriminação das despesas Orçamentárias nos Balanços Gerais da União. — Senador Leandro Maciel. — Parecer favorável aprovado em 20-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1968, autoriza o Poder Executivo a permutar imóvel de propriedade da União com a Associação Leopoldina Juvenil, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. — Senador Leandro Maciel. — Parecer favorável, aprovado em 20-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1968, autoriza o Poder Executivo a doar à Fundação Universidade Norte Mineira, terreno situado na Gleba do Colégio Agrícola "Antônio Veriani Athayde", no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, ouvindo-se, também, a Comissão de Constituição e Justiça. — Senador Leandro Maciel. — Parecer favorável aprovado em 20-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1963, altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 4.270, de 27-3-63, que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1967, 1964 e 1965, e dá outras providências. — Senador João Cleofas. — Parecer favorável, aprovado em 20-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 1963 — Extinção a taxa de integração criada pelo Decreto-Lei nº 403, de 4 de maio de 1968, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, modificado pelo Decreto-Lei nº 339, de 20 de agosto

de 1938. — Senador Argemiro Virgílio. — Parecer favorável, aprovado em 20-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1968 — Autoriza a Comissão do Plano do Carvão Nacional a transferir o serviço público do abastecimento de água à Cidade de Carilândia para a responsabilidade da Prefeitura Municipal da mesma localidade e dá outras providências. — Senador José Ermirio. — Parecer favorável, aprovado em 20-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1968 — Da nova redação ao parágrafo único do artigo 9º do Decreto-lei nº 5, de 4 de abril de 1965, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S.A. e dá outras providências, ouvindo-se, também, a Comissão de Legislação Social. — Senador José Leite. — Parecer favorável, aprovado em 20 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 1938 — Dispõe sobre a 2ª Classe do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, complementado a Lei nº 5.256, de 5 de abril de 1967, que unifica as 1ª e 2ª Classes de Bombeiros, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal. — Senador Júlio Leite. — Parecer favorável, aprovado em 20 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 31, de 1963 — Que concede estímulos fiscais às indústrias de celulose, de pasta mecânica e de papel em geral e dá outras providências. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável, aprovado em 27-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1968 — Que reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável, aprovado em 27-3-68.

Projeto de Lei do Senado nº 22, de 1963 — Que autoriza a Prefeitura do Distrito Federal e a Fundação Obolônica do Distrito Federal a celebrarem contrato de financiamento. — Senador Manoel Villaga. — Parecer favorável, aprovado em 27 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1968 — Que reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União. — Senador José Leite. — Parecer favorável, aprovado em 27-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1968 — Que modifica o Decreto-lei nº 151, de 9 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os depósitos bancários do Sesi, Sesc, Senac, Senai e das entidades sindicais. — Senador José Leite. — Audiência à Câmara dos Deputados, aprovado pela Comissão em 27-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1968 — Que altera o artigo 31 e dá nova redação ao artigo 32 e seu § 1º da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social). — Senador José Leite. — Audiência da CCJ. Aprovado em 27 de março de 1968.

Projeto da Lei da Câmara nº 37, de 1968 — Que altera o Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências. — Senador José Leite. — Parecer favorável aprovado em 27 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1966 — Dispõe sobre consumo do carvão siderúrgico nacional nas empresas siderúrgicas a coque. — Senador Júlio Leite. — Parecer favorável, aprovado em 27 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1968 — Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. —

Senador Pessoa de Queiroz — Audiência da Comissão de Legislação Social. Aprovado em 27 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1968 — Que reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura e que, sobre ele, manifeste a Comissão de Serviço Público Civil. — Senador João Cláudio — Parecer favorável. Aprovado em 27-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 1968 — Revoga, por 30 dias, os dispositivos do Decreto-Lei nº 1.967, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos. — Senador Adolpho Franco — Parecer favorável, com Voto Vencido do Sen. Clodomir Mallet. Aprovado em 27-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1968 — Dispõe sobre medidas financeiras referentes à arrecadação da Dívida Ativa da União, juros de moras e juros para com a Fazenda Nacional e dá outras providências. — Senador Adolpho Franco — Parecer favorável. Aprovado em 27 de março de 1968.

SÍNTESE

Reuniões realizadas	6
Pareceres proferidos	41
Propostas relatadas	33
Propostas apresentadas	3
Ofícios expedidos	6
Ofícios recebidos	4
Pedido de vista	1

Comissão de Finanças, 1º de abril de 1968. — Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador Petrônio Portela.

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

P.L.S. nº 78-67, que dispõe sobre a assistência jurídica gratuita aos necessitados. — Senador Josephat Marinho — Relatado em 12 de março de 1968. Parecer pela rejeição.

P.L.C. nº 4-68, que revoga, por 30 dias, os dispositivos do Decreto-Lei nº 194, de 24 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a aplicação da legislação sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço às entidades de fins filantrópicos. — Senador José Leite — Parecer favorável. Relatado em 12 de março.

P.L.C. nº 169-68, que cria o Fundo do Ensino Marítimo. — Senador Júlio Leite — Parecer favorável ao substitutivo da CCJ. Relatado em 19 de março.

P.L.S. nº 5-68, que estende aos dependentes do empregado não optante pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço o direito assegurado pelo Art. 9º da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. — Senador Arthur Virgílio — Parecer favorável. Relatado em 19 de março.

P.L.C. nº 35-63, que modifica a redação de dispositivos da "Consolidação das Leis do Trabalho" — Senador Antônio Fontana — Parecer favorável, com emenda. Relatado em 28 de março.

P.L.S. nº 22-66, que dá nova redação aos Arts. 1º e 2º da Lei número 3.807, de 23 de agosto de 1970, e o 19 de setembro de 1960 — Senador

Mello Braga — Parecer pela rejeição. Relatado em 28 de março.

RELAÇÃO DOS PROJETOS DISTRIBUIDOS NO MÊS DE MARÇO

P.L.C. nº 196-63 — Ao Sr. Senador Júlio Leite, em 7 de março de 1963.
P.L.S. nº 78-67 — Ao Sr. Senador Josephat Marinho, em 7 de março de 1968.

P.L.S. nº 5-68 — Ao Sr. Senador Arthur Virgílio, em 7 de março de 1968.

P.L.S. nº 163-65, anexo ao P.L.S. nº 123-65 — Ao Sr. Senador João Fontana, em 7 de março de 1968.

P.L.S. nº 31-67 — Ao Sr. Senador Josephat Marinho, em 15 de março de 1967.

P.L.S. nº 72-67 — Ao Sr. Senador Arthur Virgílio, em 15 de março de 1967.

P.L.S. nº 8-63 — Ao Sr. Senador Mello Braga, em 15 de março de 1963.

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA C. L. S.

Reuniões Ordinárias	2
Reuniões Extraordinárias	2
Propostas Relatadas	6
Propostas distribuídas	8

Expediente: Ofício CDS nº 8-68, ao Sr. Ministro do Trabalho.

Diretoria das Comissões, 1º de abril de 1968. — Claudio I. C. Leal Neto, Secretário.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador Josephat Marinho.

Secretário: Claudio I. C. Leal Neto.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

P.D.L. nº 10-68 — "Aprova o Decreto-Lei nº 343, de 23 de dezembro de 1967, que altera a legislação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências". — Senador Carlos Lindenberg — Relatado em 15 de março. Parecer favorável.

P.L.C. nº 106-66 — "Dispõe sobre o consumo do carvão metalúrgico nacional nas empresas siderúrgicas a céu aberto". — Senador Celso Ramos — Relatado em 20 de março. Lido pelo Sr. Senador José Leite. Parecer favorável ao Substitutivo da C.E.L.

P.L.S. nº 61-67 — "Declara integrantes do monopólio da União a pesquisa, a lavra e a industrialização dos xistos oleosos". — Senador José Leite — Relatado em 27 de março. Parecer favorável.

Req. nº 159-68 — (Do Sr. Senador José Ernânio) — "Solicita seja submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, a criação de uma Comissão Mista, composta de seis Senadores e seis Deputados, para, no prazo de 180 dias, examinar e estudar a legislação mineralógica e formalizar sugestões destinadas à valorização, controle, produção e comércio dos produtos minerais do Brasil". — Senador Paulo Torres — Relatado em 27 de março. Parecer favorável.

PROPOSTAS DISTRIBUIDAS NO MÊS DE MARÇO

Número e Ementa — Relator — Conclusão

P.D.L. nº 10-68 — Ao Sr. Senador Carlos Lindenberg em 6 de março de 1968.

Req. nº 159-68 — Ao Sr. Senador Paulo Torres em 12 de março de 1968.

SÍNTESE DOS TRABALHOS DA C.M.E. NO MÊS DE MARÇO

Reuniões ordinárias	3
Reuniões extraordinárias	2
Propostas relatadas	4
Propostas distribuídas	2

Diretoria das Comissões, 1º de abril de 1968. — Claudio I. C. Leal Neto, Secretário da C.M.E.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MÊS DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador Wilson Carneiro.

Secretário: Antônio Carneiro, 1º de junho.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator — Conclusão

Projeto de Lei da Câmara número 12-68 — Altera e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 203, de 21 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização, funcionamento e critérios de concessão e dá outras providências. — Senador Paulo Torres — Parecer favorável.

Aprovado. Em 14 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 10-68 — Revoga relação do Artigo 3º do Decreto-Lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967, que estabelece normas para o funcionamento de suas indústrias e comerciais. — Senador José Leite — Parecer favorável.

Aprovado. Em 21 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 29-68 — Dispõe sobre o regime de previdência social dos servidores e empregados das autarquias controladoras do exercício profissional. — Senador José Leite — Parecer favorável.

Aprovado. Em 21 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 22-68 — Autoriza o Poder Executivo a permitir a transferência da propriedade da União, para a Associação Leopoldina Juvenil, na cidade de Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Senador Eurico Rezende — Parecer favorável.

Aprovado. Em 21 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 25-68 — Autoriza a Comissão do Plano de Carvão Nacional a transferir o serviço público do abastecimento de água à cidade de Cricúma para a responsabilidade da Prefeitura Municipal da mesma localidade e dá outras providências. — Senador Eurico Rezende.

Parecer favorável. Aprovado.

Em 21 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 27-68 — Dá nova redação ao parágrafo único do Art. 9º do Decreto-Lei nº 5, de 4 de abril de 1966, que estabelece normas para a recuperação econômica das atividades da Marinha Mercante, dos Portos Nacionais e da Rede Ferroviária Federal S. A. e dá outras providências. — Senador José Leite.

Parecer pela audiência da Comissão de Legislação Social.

Aprovado.

Em 21 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 28-68 — Dispõe sobre a 2ª Classe do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, complementando a Lei número 5.235, de 5 de abril de 1937 que unifica as 1ª e 2ª Classes de Bombeiros

do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal — Senador José Leite. Parecer favorável.

Aprovado. Em 21 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 30-68 — Estende a Câmara de Leopoldina a jurisdição da Junta de Conciliação e Julgamento de Condições, Estado de Minas Gerais — Senador Carlos Lindenberg.

Parecer favorável. Aprovado.

Em 21 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 31-68 — Altera o Art. 2º do Decreto-Lei nº 17, de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre os bens e direitos vinculados aos serviços de navegação e de reparos navais e dá outras providências. — Senador Carlos Lindenberg.

Aprovado. Em 28 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 32-68 — Reclassifica, no símbolo 5-C os cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura.

Parecer favorável. Aprovado.

Em 28 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 33-68 — Dispõe sobre a política para a instalação de indústrias de pequena escala. — Senador Carvalho Filho.

Parecer favorável. Aprovado.

Em 23 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 34-68 — Autoriza o Poder Executivo a promover a redução do capital da Companhia Siderúrgica Nacional e dá outras providências. — Senador Eurico Rezende. — Parecer favorável ao Projeto e complementar às duas sentenças. Aprovado o Projeto e a Emenda nº 2.

Em 28 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 35-68 — Modifica a redação de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho e dá outras providências. — Senador José Leite.

Parecer favorável. Aprovado.

Em 28 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara número 36-68 — Altera o Art. 2º do Art. 26 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963, que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1965 e dá outras providências. — Senador Wilson Gonçalves.

Parecer favorável. Aprovado.

Em 28 de março de 1968.

COMPARECIMENTO DO SR. MINISTRO

Para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei da Câmara número 12, de 1968, compareceu à Comissão de Projetos do Executivo, no dia 26 de março de 1968, o Excmo. Sr. Ministro dos Transportes Coronel Márcio Andreazza.

RELATÓRIO DO MES DE MARÇO

SÍNTESE

Reuniões Realizadas	5
Projetos Relatados	14
Projetos Distribuídos	17
Emendas Apresentadas	4
Substitutos Apresentados	1
Ofícios Expedidos	2
Comparecimento de Autoridades	1
Pedido de Vista	1

Brasília, 1º de abril de 1968. —
Afrânio Cavalcanti Melo Junior, Secretário.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador José Feliciano.
Secretário: Beatriz Brandão Guerra.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator —
Conclusão

PDL nº 8-68 (nº 59-A-68, na Câmara), que aprova o texto do Decreto-lei nº 342, de 22 de dezembro de 1967, que prorroga o prazo de vigência do Decreto-lei nº 332, de 12 de outubro de 1967, que dispõe sobre estímulos ao aumento de produtividade. (Redação final). — Senador Nogueira da Gama — Aprovado em 7-3-68

PDL nº 2-68 (nº 29-A-67, na Câmara), que aprova o texto do Acórdão sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre o Brasil e a República do Peru assinado em Lima, a 30 de novembro de 1966 (Redação final). — Senador Nogueira da Gama — Aprovado em 7 de março de 1968.

PDL 9-68 (nº 55-A-68, na Câmara), que aprova o texto do Decreto-lei nº 338, de 19 de dezembro de 1967, que dá nova redação ao Art. 12 e seu § 1º do Decreto-lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967 (Redação final). — Senador Nogueira da Gama — Aprovado em 7-3-68.

PLC nº 142-67 (nº 464-B-67, na Câmara), que transfere a sede da Junta de Conciliação e Julgamento localizada em Propriá para Maruim, no Estado de Sergipe — 5ª Região da Justiça do Trabalho (Redação final) — Senador Nogueira da Gama — Aprovado em 15-3-68.

PDL nº 21-68, que aprova o texto do Decreto-lei nº 337, de 19 de dezembro de 1967 (Redação final). Senador José Feliciano — Aprovado em 20 de março de 1968.

PDL nº 20-68, que aprova o texto do Decreto-lei nº 344, de 28 de dezembro de 1967 (Redação final). — Senador José Feliciano — Aprovado em 20-3-68.

PDL nº 18-68, que aprova o texto do Decreto-lei nº 339, de 19 de dezembro de 1967 (Redação final). — Senador José Feliciano — Aprovado em 20-3-68.

PDL 17-68, que aprova o texto do Decreto-lei nº 345, de 28 de dezembro de 1967 (Redação final). — Senador José Feliciano — Aprovado em 20 de março de 1968

PDL nº 19-68, que aprova o texto do Decreto-lei nº 340, de 22 de dezembro de 1967, que acrescenta disposições disciplinadoras ao Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 que regula a Zona Franca de Manaus e dá outras providências (Redação final). — Senador Nogueira da Gama — Aprovado em 21-3-68

SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS PELA COMISSÃO EM MARÇO DE 1968

Reuniões ordinárias	1
Reuniões extraordinárias	5
Projetos distribuídos	10
Projetos relatados	9

Brasília, 1º de abril de 1968. —
Beatriz Brandão Guerra, Secretária.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE MARÇO DE 1968

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator —
Conclusão

Projeto de Decreto Legislativo número 12, de 1968 (nº 56-A-68, na Câmara), que aprova o Decreto-lei número 348, de 14 de janeiro de 1968, que dispõe sobre a organização, a competência, o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional e dá outras providências. — Senador Paulo Torres — Aprovado. Em 14 de março de 1968.

SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS EM MARÇO DE 1968

Reuniões ordinárias	—
Reuniões extraordinárias	2
Projetos distribuídos	2
Projetos aprovados	1

Brasília, 31 de março de 1968. —
Mario Nelson Duarte, Secretário.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador Eurico Rezende.
Secretário: J. Ney Passos Dantas.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator —
Conclusão

Projeto de Lei da Câmara número 115 de 1967, que "Altera dispositivos da Lei nº 4.215, de 17 de abril de 1963, que dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil". — Senador Carlos Lindenberg — Parecer, pela rejeição. Aprovado. Em 12 de março de 1968.

Projeto de Lei do Senado nº 73, de 1967 que "Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço ativo prestado às Forças Armadas". — Senador Carlos Lindenberg — Parecer pela aprovação. Aprovado em 12 de março de 1968.

Projeto de Lei do Senado nº 4, de 1968 que "Dispõe sobre a aposentadoria de funcionários integrantes da carreira de Enfermeiro". — Senador Paulo Torres — Parecer, pela aprovação. Aprovado em 12 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1963, que "Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências". — Senador Eurico Rezende — Parecer, pela aprovação. Aprovado em 26 de março de 1968.

Projeto de Lei da Câmara nº 39, de 1968, que "Reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências". — Senador Eurico Rezende — Parecer, pela aprovação. Aprovado em 26-3-68.

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1968, que "Reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Contas da União". — Senador Carlos Lindenberg — Parecer, pela aprovação. Aprovado em 26 de março de 1968.

DISTRIBUIÇÃO

Em 21 de março de 1968

— Advogados pelo Sr. Senador Eurico Rezende, Presidente:

Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1968, que "Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Federal de Recursos e dá outras providências"

Projeto de Lei da Câmara nº 39 de 1968, que "Reajusta os vencimen-

tos dos servidores da Secretaria do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências".

— Ao Sr. Senador Carlos Lindenberg:

Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 1968, que "Reajusta os vencimentos dos servidores da Secretaria do Tribunal de Contas da União".

Em 28 de março de 1968

— Advogado pelo Sr. Senador Eurico Rezende, Presidente:

Projeto de Lei da Câmara nº 36, de 1968, que "Reclassifica, no símbolo 5-C, os cargos em comissão de Diretores das Escolas Técnicas e Industriais Federais da Rede Federal de Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura".

SÍNTESE DOS TRABALHOS

Reuniões realizadas	2
Projetos relatados	6
Projetos distribuídos	4
Projetos em tramitação	1
Ofícios expedidos	1
Ofícios recebidos	2

Senado Federal, 1º de abril de 1968.
— J. Ney Passos Dantas, Secretário da Comissão

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

RELATÓRIO CORRESPONDENTE AO MES DE MARÇO DE 1968

Presidente: Senador José Rollemberg Leite.
Secretário: Mario Nelson Duarte.

PARECERES PROFERIDOS

Número e Ementa — Relator —
Conclusão

Projeto de Decreto Legislativo número 10, de 1968 (nº 57-A-68, na Câmara), que aprova o Decreto-lei número 343, de 28 de dezembro de 1967, que altera a legislação do imposto único sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e dá outras providências. — Senador Sebastião Archer — Aprovado. Em 13 de março de 1968.

SÍNTESE DOS TRABALHOS REALIZADOS PELA COMISSÃO NO MES DE MARÇO

Reuniões ordinárias	—
Reuniões extraordinárias	1
Projetos distribuídos	1
Projetos aprovados	1

Brasília, 31 de março de 1968. —
Mario Nelson Duarte, Secretário.